

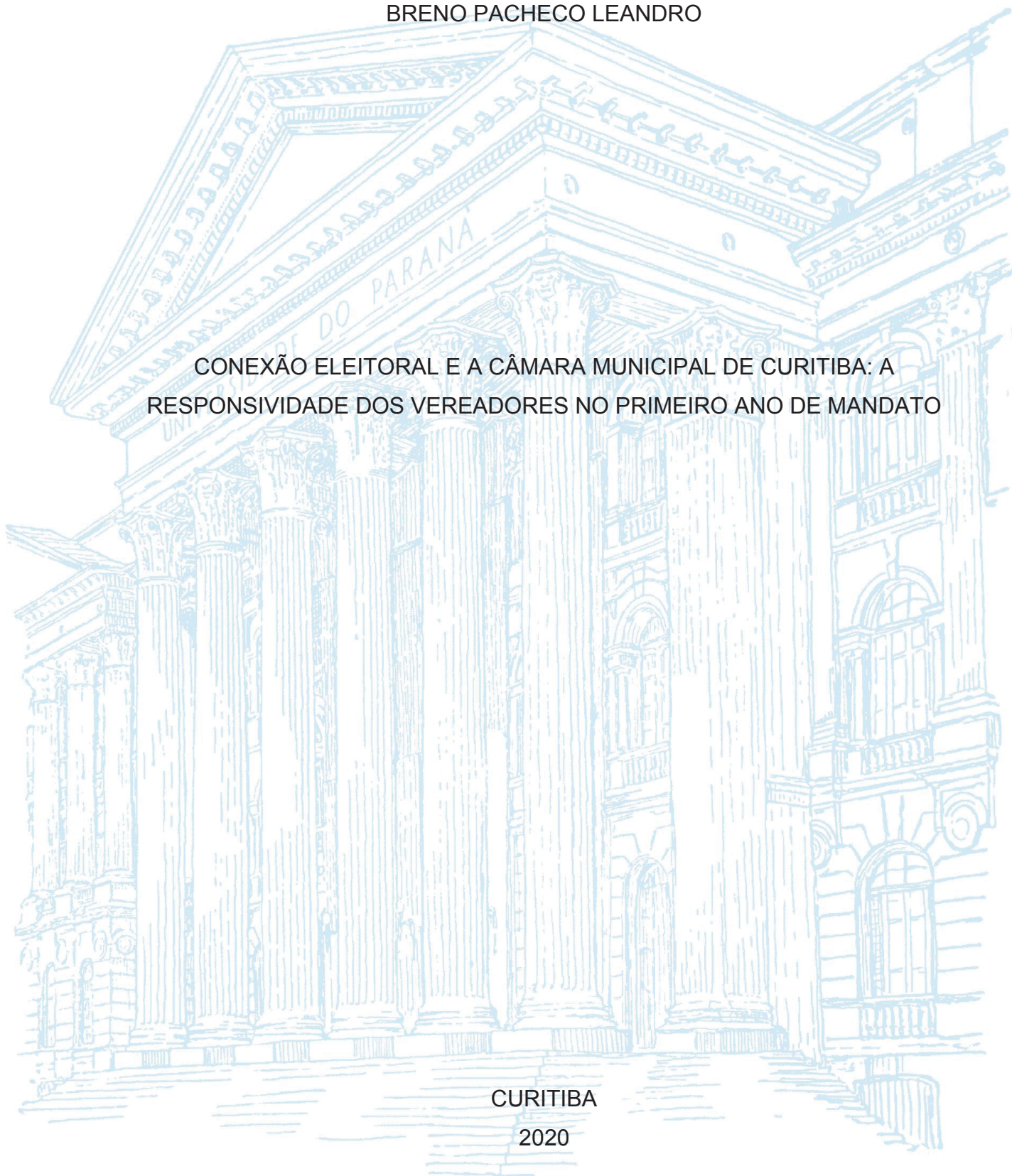
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRENO PACHECO LEANDRO

CONEXÃO ELEITORAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA: A  
RESPONSIVIDADE DOS VEREADORES NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO

CURITIBA

2020



BRENO PACHECO LEANDRO

CONEXÃO ELEITORAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA: A  
RESPONSIVIDADE DOS VEREADORES NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

CURITIBA  
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Leandro, Breno Pacheco

Conexão eleitoral e a Câmara Municipal de Curitiba : a responsividade dos vereadores no primeiro ano de mandato. / Breno Pacheco Leandro. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Bruno Bolognesi

1. Eleições municipais – Curitiba (PR). 2. Vereadores – Curitiba (PR). 3. Poder legislativo – Curitiba (PR). 4. Curitiba (PR). Câmara Municipal. I. Bolognesi, Bruno, 1982-. II. Título.

CDD – 328.81621|



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BRENO PACHECO LEANDRO**, intitulada: **CONEXÃO ELEITORAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA: A RESPONSABILIDADE DOS VEREADORES NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO**, sob orientação do Prof. Dr. BRUNO BOLOGNESI, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 13 de Março de 2020

BRUNO BOLOGNESI  
Presidente da Banca Examinadora

SAMIRA KAUCHAKJE  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

EDUARDO BONCINI MIRANDA  
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

Para Sebastião Rodrigues Leandro e Jacira Mazol Leandro.

A quem eu devo tudo e por eles, tudo faço.

## AGRADECIMENTOS

A todo apoio recebido nestes últimos meses, tenho muitas pessoas a agradecer. Obrigado aos meus professores do mestrado, que me incentivaram diversas vezes a seguir em frente. Obrigado ao meu orientador, Profº Bruno. Sei que muitas vezes deixei a desejar, porém suas palavras como amigo e professor, ecoaram em meus pensamentos e continuaram ecoando durante minha vida acadêmica.

Agradecer ao vereador Professor Euler, e seu gabinete, que mesmo sem nenhuma responsabilidade, me abraçaram e me fizeram integrante. Obrigado Euler de Freitas, Marcello Texi, Milton Carlos, André Cesar, Ariane Tambosi, João Paulo, Micaelli Lodi, Mara Nogueira e Régis Wilczek.

Gostaria de agradecer aos meus amigos de mestrado, os melhores que eu poderia ter. Fernando Zelinski, Diogo Tavares, Ulisses Arias e Giovanna Cruz, carinhosamente chamado de meu esquadrão. E sem esquecer de mencionar, Pablo Pimentel, Elias Souza e Juan Arrom. O mestrado sem vocês não teria graça, obrigado por aturarem meu jeito e ainda mais, por toda ajuda que recebi ao longo destes dois anos. Aos amigos que academia me deu, Gabriel Marcondes, Patricia Almeida, Tatiane Almeida, Maiane Bittencourt, Katiano Miguel, Robson Perez, que amizade sempre fortaleça com passar dos anos. Agradeço meu psicólogo Giovanni Brunkow, dificilmente teria terminado este trabalho sem seu apoio.

Aos amigos de longa data, que me aturaram em momentos difíceis demais para serem explicados, Daniel Cavalim, Matheus Silva, Gustavo Santos, Giovanni Marques, Lucas Favaro, Gabriel Alexandre, Jonathan Rocha, Jeferson Ribeiro, Milena Coraleski, aos integrantes da PHCC, Tumbuctu e do Carnavrau, vocês sempre terão um espaço no meu coração.

Agradeço a minha família, meu pai Wanderley, minha mãe Eronilda e meu outro pai Mauricio, meus irmãos Ricardo e Matheus. E em especial, meus avós Seu Tiãozinho e Dona Jaça. Eu amo vocês com todas as minhas forças.

Do Gabinete pro mundo.

*Stated simply, Mayhew's thesis requires that incumbents be able to control their own electoral destinies (Carson and Jenkins, 2011, p.36).*

## RESUMO

O pressuposto da conexão eleitoral garante que os legisladores motivados pela ambição de se reeleger agem de maneira estratégica, direcionada em busca de benefícios para seu eleitorado. Muito se estuda sobre as relações legislativas, internacionalmente e nacionalmente. Porém, poucos estudos se aprofundam de maneira incisiva as interações do poder local e das câmaras municipais. Esta pesquisa destaca a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e a produção legislativa no primeiro ano de mandato dos 38 vereadores eleitos para a 17ª Legislatura (2017-2020). Objetivo principal do estudo é investigar uma das quatro condições para que ocorra conexão eleitoral, denominada responsividade ou capacidade de resposta, no primeiro ano de mandato legisladores, no caso 2017; e o parcial é verificar a quantidade e o direcionamento da produção legislativa dos vereadores. O banco de dados foi composto por 18.015 requerimentos protocolados em 2017 pelos 38 vereadores e recolhidos através do Sistema de Proposições Legislativas (SPL) da câmara de Curitiba. As hipóteses são de que (i) os vereadores são responsivos desde o início da legislatura e beneficiam, através de requerimentos, suas zonas eleitorais onde obtiveram mais votos, e que (ii) o vereador[a] mais votado em cada zona eleitoral, tem um índice de correlação maior do que os outros vereadores. As análises constituíram de duas formas. Primeiramente, uma descrição da eleição da 17ª Legislatura e do candidato mais votado por zona eleitoral; e a segunda, foi realizado teste de correlação linear simples, produção legislativa (requerimentos); e porcentagem de votos na zona eleitoral e *dummy*, concentrado ou disperso. A primeira hipótese se confirmou através da correlação de 73% encontrada na análise de todo o universo estudado, entre requerimentos e zonas eleitorais. Ao averiguar zona por zona, e ao comparar os dois grupos propostos, (a) todos os vereadores e (b) o vereador mais votado por zona eleitoral, foi observado particularidade em alguns casos. Os casos nulos aconteceram na 4ª ZE, onde a correlação foi negativa em relação ao grupo (b) dos mais votado; e na 1ª e 176ª ZE, onde foi grupo (a) todos os vereadores. Nas 145ª e 174ª ZE, houve alto e muito alto grau de correlação nos dois grupos. Na 175ª ZE, o índice do grupo (a) todos vereadores, foi maior do que o grupo (b) mais votados, e ambos possuem alto grau, lembrando que é a zona eleitoral que mais recebeu requerimentos. Índices muito altos chamaram atenção em quatro zona eleitorais no grupo (b) mais votados: 3ª ( $r=0,98$ ), 145ª ( $r=0,99$ ), 177ª ( $r=0,98$ ) e 178ª ZE ( $r=0,98$ ).

**Palavras-chaves:** Conexão Eleitoral, Política Local, Capacidade de Resposta, Responsividade Câmara Municipal de Curitiba.

## ABSTRACT

The assumption of electoral connection ensures that lawmakers motivated by the ambition to be re-elected act in a strategic manner, directed in search of benefits for their electorate. Much is studied about legislative relations, internationally and nationally. However, few studies have taken an in-depth look at the interactions of local government and city councils. This research highlights the Curitiba City Council (CMC) and the legislative production in the first year of term of the 38 councilors elected for the 17th Legislature (2017-2020). The main objective of the study is to investigate one of the four conditions for an electoral connection to occur, called responsiveness or responsiveness, in the first year of the legislature's mandate, in the case of 2017; and the partial one is to verify the quantity and the direction of the legislative production of the councilors. The database consisted of 18,015 applications filed in 2017 by the 38 councilors and collected through the Legislative Propositions System (SPL) of the Curitiba city council. The hypotheses are that (i) the councilors have been responsive since the beginning of the legislature and benefit, through requirements, from their electoral zones where they obtained the most votes, and that (ii) the councilor [a] most voted in each electoral zone, has a higher correlation index than other councilors. The analyzes constituted in two ways. Firstly, a description of the election of the 17th Legislature and of the most voted candidate by electoral zone; and the second, a simple linear correlation test, legislative production (requirements); and percentage of votes in the electoral and dummy zone, concentrated or dispersed. The first hypothesis was confirmed through the 73% correlation found in the analysis of the entire universe studied, between requirements and electoral zones. When investigating zone by zone, and when comparing the two proposed groups, (a) all councilors and (b) the most voted councilor by electoral zone, particularity was observed in some cases. The null cases occurred in the 4th ZE, where the correlation was negative in relation to the group (b) of the most voted; and in the 1st and 176th ZE, where all the councilors were a group. In the 145th and 174th ZE, there was a high and very high degree of correlation in both groups. In the 175th ZE, the index of the group (a) all councilors, was higher than the group (b) most voted, and both have a high degree, remembering that it is the electoral zone that received the most requests. Very high rates drew attention in four electoral zones in the most voted group (b): 3rd ( $r=0,98$ ), 145th ( $r=0,99$ ), 177th ( $r=0,98$ ) and 178th ZE ( $r=0,98$ ).

**Keywords:** Electoral Connection, Local Policy, Responsiveness, Response Capability, Curitiba's Town Hall.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho Eleitoral de Jairo Marcelino (1982-2016).....	53
Tabela 2 - Desempenho Eleitoral de Serginho do Posto (2004-2016) .....	54
Tabela 3 - Desempenho Eleitoral de Dona Lourdes (2004-2016).....	55
Tabela 4 - Desempenho Eleitoral de Beto Moraes (2004-2016) .....	56
Tabela 5 - Desempenho Eleitoral de Zezinho do Sabará (2008-2016) .....	56
Tabela 6 – Desempenho Eleitoral de Oscalino do Povo (2000-2016).....	57
Tabela 7 - Desempenho Eleitoral de Mauro Ignácio (2000-2016).....	58
Tabela 8 - Variáveis do banco de dados .....	83
Tabela 9- Requerimento por Vereador .....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comissões permanentes da CMC.....	48
Quadro 2- Espécies de proposições da CMC .....	50

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Zonas eleitorais de Curitiba .....	85
--	----

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Todos os vereadores, todas as ZE .....	63
Gráfico 2- Todos os vereadores, 1ª ZE .....	65
Gráfico 3- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 1ª ZE .....	65
Gráfico 4- Todos os vereadores, 2ª ZE .....	66
Gráfico 5- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 2ª ZE .....	66
Gráfico 6- Todos os vereadores, 3ª ZE .....	67
Gráfico 7- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 3ª ZE .....	67
Gráfico 8- Todos os vereadores, 4ª ZE .....	68
Gráfico 9- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 4ª ZE .....	68
Gráfico 10- Todos os vereadores, 145ª ZE .....	69
Gráfico 11- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 145ª ZE .....	69
Gráfico 12- Todos os vereadores, 174ª ZE .....	69
Gráfico 13- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 174ª ZE .....	69
Gráfico 14- Todos os vereadores, 175ª ZE .....	70
Gráfico 15- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 175ª ZE .....	70
Gráfico 16- Todos os vereadores, 176ª ZE .....	71
Gráfico 17- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 176ª ZE .....	71
Gráfico 18- Todos os vereadores, 177ª ZE .....	72
Gráfico 19- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 177ª ZE .....	72
Gráfico 20- Todos os vereadores, 178ª ZE .....	72
Gráfico 21- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 178ª ZE .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CMC	Câmara Municipal de Curitiba
ZE	Zonas Eleitorais
SPL	Sistema de Proposições Legislativas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>18</b>
2.1.	MATERIAIS .....	18
2.2.	METODOLOGIA .....	18
<b>3.</b>	<b>A TEORIA DE CONEXÃO ELEITORAL .....</b>	<b>21</b>
3.1.	A ESCOLHA RACIONAL E SUAS VERSÕES .....	21
3.2.	O CONCEITO DE MAYHEW .....	24
3.3.	AS ABORDAGENS SOBRE A TEORIA DE CONEXÃO ELEITORAL .....	28
<b>4.</b>	<b>A CONEXÃO ELEITORAL NO BRASIL .....</b>	<b>32</b>
4.1.	O CASO NACIONAL .....	32
4.2.	CASOS ESTADUAIS E O PARANÁ .....	36
4.3.	OS ESTUDOS LOCAIS .....	40
<b>5.</b>	<b>A CONEXÃO ELEITORAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA .....</b>	<b>45</b>
5.1.	O PODER MUNICIPAL E A CMC .....	46
5.2.	AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA E A 17ª LEGISLATURA .....	52
5.3.	A PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA CMC .....	59
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>83</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir dos estudos sobre a linha distributivista da teoria da escolha racional, origina-se a lógica da conexão eleitoral. O pressuposto garante que os legisladores motivados pela ambição de se reeleger agem de maneira estratégica, direcionada em busca de benefícios para seu eleitorado. Desta maneira, dentro da instituição, os candidatos teriam três formas para maximizar as suas chances eleitorais, segundo Mayhew (1974): a publicidade, a reivindicação de créditos e a tomada de posição. Para contemplar estes elementos, existem quatro condições necessárias para o congressista: ele precisa ter ambição, possuir autonomia, ser responsivo e ter boa prestação de contas frente o eleitorado.

Muito se estuda sobre as relações legislativas, internacionalmente e nacionalmente. Porém, poucos estudos se aprofundam de maneira incisiva as interações do poder local e das câmaras municipais. Buscando compreender e aprofundar este estudo, esta dissertação destaca a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e a produção legislativa no primeiro ano de mandato dos 38 vereadores eleitos para a 17ª Legislatura (2017-2020).

O objetivo principal da pesquisa é investigar uma das quatro condições para que ocorra conexão eleitoral, apresentadas por Carson e Jenkins (2011), denominada capacidade de resposta ou responsividade, no primeiro ano de mandato legisladores; e o objetivo parcial é verificar a quantidade e o direcionamento da produção legislativa dos vereadores. Diferente dos estudos observados na literatura, e referidos neste trabalho, o recorte de tempo baseia-se no primeiro ano após as eleições, no caso 2017, sob a hipóteses de que (i) os vereadores são responsivos desde o início da legislatura e beneficiam, através de requerimentos, suas zonas eleitorais onde obtiveram mais votos e, que (ii) o vereador[a] mais votado em cada zona eleitoral, tem um índice de correlação maior do que os outros vereadores. A segunda hipótese ocorre devido que, ao comparar zona por zona, há a garantia das mesmas condições entre os candidatos, já que a magnitude das zonas eleitorais variam muito em Curitiba, por exemplo, a maior (145ª ZE possui aproximadamente 120 mil eleitores) e a menor (178ª ZE aproximadamente 54 mil eleitores) tem diferença de quase 65 mil eleitores.

Na literatura, é notório como variáveis endógenas e exógenas ao processo eleitoral e legislativo influenciam nos resultados de campanha e, sobretudo, como acontece conexão eleitoral entre candidatos e seus eleitores. Como meio de atingir a

reeleição, os estudos exploram estratégias utilizadas pelos parlamentares: a importância da produção legislativa direcionada, a relação com seus distritos eleitorais, a ação individual frente o partido, por exemplo.

As particularidades do sistema político brasileiro trazem explicações necessárias para entendimento da conexão eleitoral no país. A relação do legislativo nacional e as características do governo subnacional, diferenciam aspectos integrais para essa compreensão. Contudo, mesmo possuindo similaridades entre as esferas nacional, estadual e local, o primeiro cenário de disputa é o município. A dinâmica política municipal é destacada por estudos em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba (SILVA, 2011; D'AVILLA FILHO et al., 2014; FACUNDO, 2015; SANTOS e RAMOS, 2016).

Outro destaque desta pesquisa é a descrição do funcionamento interno da Câmara Municipal de Curitiba. O município possui autonomia política e, com isso, diferenças em relação aos outros entes federados em como conduzir seus interesses e formatar instituições. Ao analisar o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, mostrar quais os tipos de proposições e como elas tramitam na CMC. A caracterização da produção legislativa brasileira, ocorre através de Ricci (2003), leva em consideração elementos de como a política distributiva influi na ação dos atores inseridos nas instituições, e no aspecto municipal, se há replicabilidade dos argumentos.

O segundo capítulo, narra como foi feita a extração e o tratamento dos dados referentes a pesquisa; o terceiro capítulo, define o conceito teoria de conexão eleitoral e traz exemplos do que já foi estudado na literatura internacional; o quarto capítulo, ilustra pesquisas sobre conexão eleitoral a nível federal, estadual e local, destacando a Câmara Municipal de Curitiba; e por fim, no último capítulo, demonstra os dados obtidos pela pesquisa.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1. MATERIAIS

Dentro das espécies da produção legislativa da Câmara Municipal de Curitiba, a categoria de proposição escolhida foram os requerimentos, por ser o veículo mais utilizado pelos vereadores para solicitar as demandas da população, precisar de maioria simples na votação do plenário e com maior possibilidade de aprovação. O banco de dados foi composto por 18.015 requerimentos protocolados em 2017 pelos 38 vereadores e recolhidos através do Sistema de Proposições Legislativas (SPL).

Após a estruturação do banco de dados, foi identificado o bairro da proposição, e posteriormente houve a definição da zona eleitoral de pertencimento - ao todo existem 10 zonas eleitorais (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 145<sup>a</sup>, 174<sup>a</sup>, 175<sup>a</sup>, 176<sup>a</sup>, 177<sup>a</sup> e 178<sup>a</sup> ZE) em Curitiba. Para isso, a informação foi coletada pela localização da rua, bairro ou vila incluso na ementa. Sempre que a proposição atendia benefícios gerais ao município, ou seja, não era focalizada, foi categorizada como *Vários*. Em situações que não houvesse tal informação, foi adicionada a variável chamada *Sem Efeito* e atividades internas a câmara foram definidas como *Mandato*.

Para o tratamento de dados foi utilizado o compilado de informações da quantidade de ementas por ZE de cada vereador, e adicionada às colunas a votação dos vereadores por zona eleitoral. Isto é, votos nominais e percentagem de votos, extraídos do repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O número de casos, então, corresponde ao número de vereadores vezes as zonas eleitorais, totalizando 380 casos de votação.

### 2.2. METODOLOGIA

Após a formulação do banco de dados, as análises constituíram de duas formas. Primeiramente, uma descrição da eleição da 17<sup>a</sup> Legislatura e do candidato mais votado por zona eleitoral<sup>1</sup>, como uma pequena descrição de perfil eleitoral: informações pessoais, se já compôs a mesa executiva, quantas eleições participou, quantas se elegeu e qual colocação em número de votos. Desta forma, ao verificar o(a) vereador(a) mais bem votado(a) em cada uma, se insere a principal preferência

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do Repositório de dados do TSE.

do eleitorado na região e possibilita verificar se existe diferença de responsividade entre os vereadores que possuem melhor votação por ZE, em relação aos outros eleitos, em condições igualitárias de disputa.

Posteriormente, os principais valores encontrados entre os requerimentos, vereadores que tiveram maior e menor número de requerimentos apresentados, quais zonas obtiveram o maior número de proposições destinadas, quem propôs a zona mais beneficiada, e por fim, efetuar a análise empírica através de correlação linear simples.

Uma análise de correlação tem o objetivo de estimar numericamente o grau de relação entre os comportamentos de duas características de indivíduos de uma população ou de uma amostra da população, caso o objetivo seja fazer inferências estatísticas (CERVI, 2019, p.148)

Este método estatístico teve resultados significativos em pesquisas que cruzam a variável produção legislativa (CERVI 2009, MIRANDA 2018). Por isto, foi selecionado para corroborar, uma variável de controle (*dummy*) inserida pela soma das porcentagens de voto que o vereador recebeu em todas as zonas eleitorais<sup>2</sup> e dividido pelo número de zonas, para obter a porcentagem média de cada vereador. Definida a média obtida pelo cálculo, vereadores que tiveram a média igual ou superior em uma ou duas zonas<sup>3</sup>, foi nomeado “*concentrado*” e atribuído valor “1”; média igual ou superior em três ou mais zonas, foi chamado de “*disperso*” e definido com valor “0”. Essa variável foi embasada na análise realizada por Facundo (2015), ao definir o cálculo para categorizar os vereadores de Fortaleza em suas votações por bairro. Com isso, foi construído o índice para adequação no caso estudado, definido por zona eleitoral.

Foram divididos dois grupos de análise, (i) todos os vereadores e o (ii) o mais votado em cada zona eleitoral. A divisão foi feita com intuito de verificar as duas hipóteses propostas. A primeira, como possui cunho geral, a correlação vai demonstrar o grau entre todos os vereadores em todas as zonas eleitorais. Na segunda, como a pretensão é verificar a diferença ente o vereador mais votado de cada zona e os outros candidatos, a correlação é realizada nos grupos e os resultados são comparados entre si.

---

<sup>2</sup> Todos os vereadores receberam pelo menos 10 votos em todas as zonas eleitorais (TSE).

<sup>3</sup> Devida a separação dos bairros e pela densidade eleitoral de cada zona.

O coeficiente de correlação do momento do produto Pearson,  $r$ , um índice sem dimensão situado entre -1,0 e 1,0 inclusive, que reflete a extensão de uma relação linear entre dois conjuntos de dados. Pearson mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação - se positiva ou negativa) entre duas variáveis o quadrado do coeficiente de correlação do momento do produto de Pearson [...] (MIRANDA, 2018, p. 83)

Para os resultados obtidos na correlação, foi utilizado a definição escalar onde o valor de  $r = (\pm) 0,80 < r < (\pm) 1,00$ , *muito alta*;  $(\pm) 0,60 < r < (\pm) 0,80$ , *alta*;  $(\pm) 0,40 < r < (\pm) 0,60$ , *moderada*;  $(\pm) 0,20 < r < (\pm) 0,40$ , *baixa*;  $0,00 < r < (\pm) 0,20$ , *muito baixa*;  $r < (\pm) 0,20$ , *nula* (CERVI, 2019, p.155). Os valores dos intervalos de interpretação de força são utilizados para que seja feita a categorização dos resultados obtidos ao cruzar a relação entre o número de requerimentos que cada zona recebeu e a percentagem dos votos obtidos nas zonas eleitorais nos dois grupos propostos.

### 3. A TEORIA DE CONEXÃO ELEITORAL

#### 3.1. A ESCOLHA RACIONAL E SUAS VERSÕES

Segundo Tsebelis (1998), a unidade social fundamental para a vida em sociedade é a ação individual. As ações sociais, partem de que o ator individualmente define suas escolhas de maneira racional e tentam maximizar os seus ganhos para realização dos seus objetivos. A composição de regras formais e informais determinam o modo que as escolhas são feitas. Institucionalmente, as regras do jogo previamente estabelecidas e claras aos atores, a identificação da relação entre comportamento e as regulamentações fica mais perceptível. Lembrando que, os atores não são apenas “marionetes” de regras, mas sim, modificadores quando as instituições não atendam ou diminuem os incentivos nos ganhos individuais, o que influencia para manter as condições do jogo intacta.

Dado o pressuposto defendido pela teoria de escolha racional, que os parlamentares agem estrategicamente dentro do jogo institucional, a proposta é demonstrar as diferenças de cada uma de suas linhas teóricas, enfatizando a versão distributivista, que é a base de análise da pesquisa. As explicações iniciarão pela a linha informacional, seguida da partidária e por último, a distributivista para introduzir a lógica de conexão eleitoral.

Na teoria informacional, os parlamentares possuem níveis diferentes de informação, o que assegura benefícios nos centros decisórios em determinadas áreas. Desta forma, os congressistas que retém o maior número de informações conseguem tomar as melhores decisões, diminuindo as dúvidas acerca dos resultados, diferente da versão distributivista que trabalha com a hipótese de sempre os resultados serem positivos. Para Krehbiel (1991), as comissões são as bases para o exercício legislativo, o que é o eixo da teoria informacional. Com isso, a possibilidade do uso estratégico das informações é iminente. O meio racional e individualizado permite que, dado o momento, a informação se torne ou não pública, afetando o jogo institucional (LIMONGI, 1994).

Quanto maior o número de informações obtidas em uma área específica, maior o grau de especialização do tema. Desta forma, variáveis como *background* político<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> *Background* político é composto por variáveis sobre *expertise* prévia e o histórico político do parlamentar como: “[A]tividade econômica predominante; atividade profissional; ter exercido cargo

devem ser ressaltadas, utilizando a abordagem defendida por Shepsle (1978) para compreender a conexão eleitoral, por meio da trajetória profissional do candidato e baixar os custos da especialização durante o mandato. A conexão eleitoral neste caso, ocorreria com o domínio de recursos específicos, utilizados para adesão de benefícios e a troca de favores entre parlamentares (*log rolling*). Porém, essa especialização só será integralmente concretizada caso haja a partilha de informação entre os congressistas. A participação e organização gerariam recompensas institucionais via comissões. Consequentemente, maior especialização e fluxo informacional.

Na corrente partidária os estudos legislativos partem dos partidos políticos e negam sua fraqueza nas arenas legislativa. McCubbins e Cox (1993) afirmam que os partidos da Câmara agem de maneira símil, como um cartel legislativo. Através do cartel, os partidos conseguem controlar de maneira uniforme as ações e processos decisórios do legislativo, com o partido majoritário comandando as direções a serem seguidas, além de assegurar benefícios para os membros e para o partido.

Os autores adeptos a linha partidária, contrariam a tese distributivista estadunidense, que alega a fraqueza dos partidos por meio das comissões. O ponto ressaltado pelos autores das outras versões demonstra uma relevância do presidente da comissão em frente aos partidos. Porém, o contra-argumento dos autores partidários sustentam a escolha para presidentes das comissões seria realizada pelo partido, ou seja, o presidente necessariamente possui tempo (longa data) e fidelidade com o partido (MCCUBBINS; COX, 1993). Os chamados “cartéis legislativos” possuem o controle do processo das comissões e o poder de agenda, com o lugar de destaque para o partido que escolhe as indicações das comissões, interferindo nas decisões para além da vontade individualizada dos parlamentares.

Ao analisar as votações, os autores encontraram duas tipologias: orientadas pela agenda partidária e fora desta agenda. A agenda do partido teria uma relação estrita com a liderança partidária, isso é identificado ao observar a coesão dos líderes ao tentar induzir os resultados. Caso a votação ocorra como o direcionado pela liderança, é definido como voto de agenda; se não acontece adesão no resultado da votação, é caracterizado como fora da agenda. Diferente da teoria de governo

---

eletivo no Executivo ou no Legislativo (nas três esferas de governo); ter exercido cargo não-eletivo no Executivo (burocracia, nas três esferas); área de atuação política (movimentos sociais, sindicatos, etc); formação acadêmica; perfil sociológico (sexo, faixa etária, nível de instrução)”. (SANTOS, 2006, p.5)

partidário europeu, os autores tratam o governo partidário como uma forma de favorecimento na tomada de decisão dos partidos no cartel legislativo (MCCUBBINS; COX, 1993). Um dos apontamentos ressalta que o legislador sozinho não possui força institucional para influenciar agendas, o que leva a cooperação estratégica entre membros do partido para conquistar individuais. O partido ganha notoriedade como recurso institucional de coesão e fidelidade, pois a reputação intrapartidária auxilia os candidatos nos períodos de disputas eleitorais. Porém, devida as singularidades do sistema político brasileiro, tal afirmação não se confirma.

Outra ocorrência acontece a partir da organização e eficácia do controle decisório da agenda. Neste caso, as comissões e as pautas levantadas pelo líder são reflexo direto das demandas do partido no qual ele representa. O *speaker*<sup>5</sup> possui o controle da agenda e decide o que será incluído ou não, o que possibilita que os líderes e o presidente antecedam como a votação decorrerá (MCCUBBINS; COX, 1993). De acordo com Magna Inácio e Daniela Rezende (2015), analisam as coalizões entre os partidos de governo e os partidos das pastas ministeriais, pela delegação cruzada (o presidente ou primeiro-ministro instruem pautas de sua agenda para demais partidos que apresentam outras agendas), e sobre quais situações os partidos do governo inspecionam os parlamentares em determinada área política. Uma das considerações é que os partidos influenciam diretamente as agendas e o controle coalizacional dos ministérios, sendo um exemplo recorrente a versão partidária:

De fato, o controle coalizacional é menos provável quanto maior o partido do ministro e quanto mais distante ideologicamente ele for dos demais parceiros de governo. Ou seja, apenas para estes o monopólio partidário em uma área de política parece ser viável. Mas tal quadro sugere que o controle horizontal do tipo coalizacional é exercido de forma seletiva, dado que os custos da delegação cruzada para cada partido irão depender tanto do perfil do partido que ocupa os ministérios de seu interesse, bem como das chances de estes mobilizarem os recursos do Legislativo para tornar as suas agendas vitoriosas. (INÁCIO; REZENDE, 2015, p. 330)

Pela lógica distributivista, o partido é desconsiderado na equação. O Congresso possui um mercado de voto e as comissões funcionam como estrutura para gerar estabilidade ao longo do tempo, para a organização de trocas de votos e manutenção do poder. De uma maneira geral, as posturas dos congressistas são individualizadas e tendem a destinar recursos direcionados a base eleitoral do candidato eleito. Para

---

<sup>5</sup> Presidente do Congresso no caso norte americano.

isso, as políticas adotadas no decorrer do mandato são caracterizadas pelo distributivismo. As chances de reeleição são deduzidas pelo quanto as políticas propostas foram positivas. Nessa versão, o voto do eleitor é economicamente informado, e irá para o candidato que propor os melhores benefícios e os menores custos. (MAYHEW, 1974; WEINGAST et al, 1981)

Outro fator que determina a política distributiva, segundo Weingast, Shepsle e Johnsen (1981), é a clareza e a demarcação geográfica da população alvo: “Embora esteja claro que todas as políticas têm uma incidência geográfica de benefícios e custos, o que distingue uma política distributiva é que os benefícios são direcionados geograficamente”<sup>6</sup> (p.644). O que os autores ressaltam é que a localização para a distribuição de recursos é essencial na hora de formular políticas de caráter clientelistas, seja para conquistar novo pleito ou fazer manutenção no eleitorado já adquirido. Para isso, é necessário que o legislador obtenha o *pork barrel* no congresso e posteriormente reivindique o crédito pela ação frente aos seus eleitores. Esta postura abaliza possíveis competidores qualificados em seus distritos eleitorais e maximiza a possibilidade de conseguir obter apoio de novos eleitores (SERRA; COVER, 1992; BICKERS; STEIN, 1996).

Em *The Logic of Congressional Action* (1990) de Douglas Arnold, o autor destaca a forma que os parlamentares se esforçam para aprovar e produzir programas geograficamente focalizados. Este tipo de ação, seria uma forma de propaganda gratuita e com retorno eleitoral significativo, visto que a eleição norte americana segue o modelo distrital, atender as demandas destes distritos seria indispensável para reeleição. Porém, Arnold (1990) enfatiza que seria necessária uma teoria que considerasse, além do objetivo eleitoral, variáveis como coerção das lideranças, a pressão dos cidadãos, as próprias vontades do legislador.

### 3.2. O CONCEITO DE MAYHEW

Na teoria mayhewiana, os parlamentares quando coagidos a tomarem decisões, optarão por aquela que gere mais sucesso eleitoral. E quando as respostas

---

<sup>6</sup> “While it is clear that all policies have a geographic incidence of benefits and costs, what distinguishes a distributive policy is that benefits are geographically targeted.” (WEINGAST; SHEPSLE; JOHNSEN, 1981, p.644)

não diferirem no resultado escolherão aquelas que se adequem a outros fatores determinantes: qualidade da política pública, troca de favores institucionais (lideranças, partidos, outros legisladores), impacto eleitoral (tamanho do grupo que irá ser atingido).

O conceito da lógica de conexão eleitoral foi definido por Mayhew (1974): os parlamentares movidos pelo único motivo de se reeleger, possuem ações individualizadas e personalistas com suas bases eleitorais, o que geraria a lógica de conexão eleitoral. Os congressistas estadunidenses, prezando a relação com o eleitorado e regidos pelas regras institucionais e eleitorais, tendem a seguir um comportamento orientado a distribuição de recursos aos seus distritos eleitorais. O autor estuda o comportamento do parlamentar primeiramente de uma abordagem ética e moral, e durante sua pesquisa, introduz preceitos de observação que contribuem para maior entendimento da premissa proposta de que os parlamentares pensam e agem em função da reeleição. As ações durante o mandato do candidato são identificadas e valorizadas pelo autor em três distintos pontos: publicidade (*advertising*), reivindicação de créditos (*credit claiming*) e tomada de decisão (*position taking*).

A começar pela publicidade (*advertising*), Mayhew (1974) afirma que é através dela que o vínculo político entre candidato e eleitores se mantém vivo até o próximo pleito eleitoral. Desta maneira o que ocorre é a construção da imagem política do parlamentar, ao ser propositivo as demandas do seu eleitorado, evitando conflitos de interesses e demonstrando suas virtudes de maneira pública. Segundo o autor, esta construção se dá pelo discurso não-político que tendem a aproximar a relação com os votantes: folhetos, envio de informativos, participações em entrevistas de rádio ou televisão, entre outras ações que tragam visibilidade para o parlamentar perante seu eleitorado.

Outro fator é a reivindicações por créditos (*credit claiming*). É relevante para os parlamentares conseguirem obter este prestígio perante seus eleitores. Ao aparentarem ser responsáveis pelo direcionamento de benefícios a comunidade, junto ao governo, como prover fundos para reformas estruturais a vias públicas ou a construção de uma escola onde existe demanda, por exemplo. Para além disso, o aparentar é sinônimo de representatividade. Mesmo que as solicitações para atender tais pedidos sejam feitos por outros congressistas, ao alcançar o prestígio de ser reconhecido por tal ação, garante que os eleitores vislumbrem o ator político como

benfeitor de suas necessidades. A ação individualizada dos congressistas pode gerar conflito com o partido e suas lideranças, principalmente em votações no congresso ou nas comissões. O que gera o terceiro fator destacado, a tomada de decisão.

Assuntos importantes para o eleitorado devem ser tratados de maneira estratégica pelo parlamentar, de modo que o seu posicionamento (*position taking*) seja oportuno e congruente a opinião dos eleitores. Por meio do voto em plenário ou comissões, pelo discurso realizado e principalmente, pela forma de divulgação das ações do parlamentar frente ao interesse dos envolvidos. O ator político deve possuir sapiência em identificar assuntos polêmicos e como abordá-los, ora debatendo ora evitando-os. A tomada de decisão interfere mais do que apenas na relação com o eleitorado, como também, a relação entre pares dentro do congresso e do partido.

Outros fatores também são inseridos nas prerrogativas mayhewianas. Segundo os autores norte-americanos Carson e Jenkins (2011), existem quatro condições que se relacionam diretamente com as ações dos candidatos, e que trazem à tona princípios necessários para conexão eleitoral no Congresso e que são visíveis desde o século XIX.

Primeiramente, o que movimenta os candidatos é (i) *ambição* pela reeleição, essência da teoria de conexão eleitoral<sup>7</sup>. Esta condição resulta mais do que apenas o desejo de reeleição, constrói diretamente o carreirismo e a classe política. Para os candidatos, ter uma carreira no Congresso e aumentar seu prestígio dentro da instituição se torna extremamente atrativo, o que faz com que estejam dispostos a assumir os riscos e os custos durante as campanhas (financeiros, profissionais, políticos, etc.). No Congresso americano, há indícios de carreirismo desde a Guerra Civil, e foi significativa o peso da transformação do “amadorismo” político a carreiras profissionais, datada em meados de 1900 (Brady et al., 1999 *apud*. Carson e Jenkins, 2011).

Outro ponto importante é a (ii) *autonomia* dos congressistas, pois, apenas a vontade de atingir a reeleição e conservar uma carreira é insuficiente. Os candidatos devem ser capazes de auto-organizar e sustentar independência durante o processo, característica decorrente ao conhecimento de suas bases eleitorais, dinâmicas eleitorais e financiamento de campanha. Em autonomia, os autores afirmam três

---

<sup>7</sup> “*Political ambition is the first and perhaps most fundamental component of the electoral connection.*” (p.29)

aspectos existentes: discricção, independência e bloqueio. A discricção seria a forma de agir dos congressistas, devido ao modelo do sistema eleitoral americano com primárias, comportar-se agressivamente foi outra mudança que ocorreu na virada do séc. XX, dado que deixaram de depender exclusivamente dos partidos ou apoio das lideranças, como ocorria na era das convenções.(A independência relatada na pesquisa converge na direção do financiamento de campanha e como ter esse requisito mudou a dinâmica eleitoral no congresso norte americano, favorecendo os candidatos que administravam recursos próprios. Por fim, algo mais específico da política americana do final do séc. XIX, o bloqueio seria uma forma de um candidato tentar reeleição, mesmo sem ter indicação partidária, via uma “milícia” que distribuía células de votação para si e provocava limitações ao partido, uma forma de bloqueio eleitoral.

Os candidatos devem possuir (iii) *responsividade/ capacidade de resposta*, ou seja, ser sensíveis ao seu eleitorado, favorecendo-o com benefícios ao longo do mandato afim de maximizar seus ganhos eleitorais. Essas ações, segundo Carson e Jenkins (2011), são os preceitos básicos da teoria mayhewiana: “No mundo de Mayhew, a responsividade é conceitualizada em termos de três atividades eleitorais úteis nas quais os legisladores freqüentemente se envolvem - publicidade, reivindicação de crédito e tomada de posição”<sup>8</sup> (p.28).

E a última condição necessária para que ocorra conexão eleitoral, seria a (iv) *prestação de contas*, e fica à cargo do próprio eleitorado, que deve efetuar a manutenção do seu voto favorecendo ou punindo aqueles congressistas que tiverem ou não capacidade de resposta.

Os exercícios propostos por Carson e Jenkins (2011), avaliaram se a teoria da lógica de conexão eleitoral não se enquadrava ao longo dos anos, e descobriam que as condições existentes no pós Segunda Guerra, que deram origem a teoria mayhewiana, encontrava-se no congresso americano desde o final do séc. XIX, diferente do que havia sido abordado até então.

Estas condições antecedem e são importantes para que se concretize a conexão eleitoral. A partir do conceito pode-se atribuir fatores eleitorais externos que

---

<sup>8</sup> “In Mayhew’s world, responsiveness is conceptualized in terms of three electorally useful activities that legislators frequently engage in—advertising, credit claiming, and position taking.” (CARSON; JENKINS, 2011, p.28)

justifiquem a relação entre comportamento do parlamentar e seus eleitores. Antes de abordar o sistema político brasileiro, a fim de complementar a discussão acerca da literatura, será exemplificado através de pesquisas internacionais recentes, que trazem como os estudiosos tratam a lógica de conexão eleitoral e variáveis exógenas ao processo.

### 3.3. AS ABORDAGENS SOBRE A TEORIA DE CONEXÃO ELEITORAL

A teoria de conexão eleitoral é debatida pelo embasamento nos preceitos clássicos e são aplicados elementos que adentram as instituições como produção legislativa, a questão geográfica como distrito, e outras áreas como financiamento e ideologia. Estes fatores influenciam o comportamento parlamentar e possuem estudos que enriquecem o discernimento da relação entre arenas política e eleitoral em diversos países, na qual, serão descritos alguns exemplos como Austrália, França, Alemanha, Japão, México, Chile, China, EUA, Irlanda e Reino Unido.

As relações da produção legislativa (emendas e projetos de lei), é o caso comparativo realizado por Willumsen, Stecker e Goetz (2018). Os autores fazem um extenso trabalho relacionando a câmara baixa e a câmara alta de quatro países: Austrália, França, Alemanha e Japão. Ao levar em consideração as singularidades políticas de cada país, eleições ou nomeações com renovações parciais (caso japonês e australiano), os achados demonstram que existe uma relação estreita entre as câmaras, assim como as eleições e a produção legislativa. Segundo os autores:

Os UCMs [senadores] são motivados pela reeleição e esperam que seus eleitores, com algum grau de parcialidade recente, os apoiem por serem ativos na câmara superior. Não encontramos evidências de que os UCMs que não estão sendo reeleitos se tornem menos ativos quando as eleições se aproximam<sup>9</sup> (Willumsen, Stecker e Goetz, 2018, p.15)

Quando a eleição se aproxima há o aumento da produção legislativa, mesmo que o parlamentar não vá disputar o pleito, a produção aumenta com intuito de

---

<sup>9</sup> “UCMs are motivated by re-election and expect their voters, with some degree of recency bias, to support them for being active in the upper chamber. We found no evidence that those UCMs not up for re-election become less active as elections approach. (Willumsen, Stecker e Goetz, 2018, p.15)

reeleger-se. A explicação gira entorno da reputação individual e partidária do congressista, já que o comportamento legislativo pode influenciar diretamente futuras demandas. No caso do México, onde não ocorre reeleição, possui uma característica única: mesmo não havendo recondução de mandato para os parlamentares, eles mantêm indícios de conexão eleitoral, quando direcionam atenção e a produção legislativa para comissões que possuem capacidade maior de distribuição de *pork* (UGUES; VIDAL; BOWLER, 2012).

Resguardado que a produção legislativa não se limita apenas a emendas e projetos de lei, outra forma encontrada para se conectar com o eleitor é através do veto em votações (BRIDGE, 2015). Os congressistas motivados pela reeleição, tendem a ser mais receosos enquanto a distribuição de recursos públicos federativos. Ao tomar determinadas posições (*position taking*), torna-se mais fácil reivindicar os créditos para si (*credit claiming*), o que pode ocasionar verbas federal para seus distritos, tornando o veto um caminho para conexão eleitoral:

Assim, os resultados não estabelecem que esse tipo de reivindicação de crédito (ou seja, substituindo um veto de gastos) seja necessariamente eficaz. Em vez disso, os resultados mostram que esse tipo de reivindicação de crédito ajuda a explicar os resultados institucionais. Ou seja, uma suposição central da tese da conexão eleitoral (isto é, reivindicação de crédito) fornece um preditor significativo do comportamento agregado do congresso - nesse caso, a substituição do veto. Esse efeito é ampliado quando os lances de reeleição dos MCs se aproximam.<sup>10</sup> (p. 306, BRIDGE, 2015)

No Chile, outra estratégia é utilizada para se conectar com o eleitorado (ALEMAN, MICOZZI e RAMIREZ, 2018). A chamada “Hora do Incidente” chilena possui características parecidas com a *Question Time* do parlamento britânico. Aqui no Brasil seria como Pequeno ou Grande Expediente (dependendo do tema), onde os parlamentares têm um determinado tempo para discursar sobre livres assuntos. No caso chileno, os parlamentares utilizam desse momento para se conectar com demandas dos seus distritos eleitorais, fazendo pedidos de informação ao poder Executivo através de ofícios. Este é o momento que o parlamentar contesta informações, sabendo que o discurso irá para os meios de comunicação e poderá ser utilizado em favor dos próprios políticos.

---

<sup>10</sup> “Thus, the results do not establish that this type of credit claiming (i.e. overriding a spending veto) is necessarily effective. Rather, the results show that this type of credit claiming helps explain institutional outcomes. That is, a central assumption of the electoral connection thesis (i.e. credit claiming) provides a significant predictor of aggregate congressional behavior – in this case, veto overrides. That effect is magnified when MCs’ reelection bids draw closer. (p. 306, BRIDGE, 2015)

Os resultados sugerem que os parlamentares utilizam os escritórios para se conectar com distritos distantes da capital e tentam influir na câmara alta intencionados a reeleição ou disputar uma vaga no senado. Por esse comportamento podemos ver a relação com seu distrito: quanto maior o grau de ruralidade, mais o congressista toma posição para solução de problemas; e quanto mais o candidato impõe posicionamento, mais distante estão seus redutos eleitorais do centro político. A representatividade do congressista em relação ao seu distrito gera a lógica de conexão eleitoral (GAMBOA e TORO, 2018).

No caso chinês, Zhang (2017) demonstra que as eleições diretas para Congresso Popular Local ou LPC<sup>11</sup> (*Local People's Congress*), há um enorme crescimento de empresários sendo eleitos. Com a mobilização ilegal de dinheiro, os candidatos empresários conseguem formar uma clientela e estabelecem vínculo com os eleitores, de maneira que mantenham os benefícios do cargo e dificultem a ascensão de candidatos com menores recursos financeiros. Isso diminui a representatividade do distrito no LPC.

Em um dos casos norte-americanos, a relação entre a ideologia distrital e o congressista é o que chama atenção. Segundo Kirkland e Williams (2015), os parlamentares norte-americanos se preocupam com o posicionamento do distrito que ele foi eleito e dos distritos vizinhos, quando o assunto são as votações na câmara, podendo ir de encontro à vontade partidária. Os congressistas ficam coagidos a votar de acordo com a opinião do distrito para que não sofram punição nas urnas. As evidências mostram que, dependendo do partido, as respostas dos parlamentares são diferentes: enquanto os democratas estão mais propensos a capacidade de responder as votações de acordo com a ideologia de seus redutos eleitorais, os republicanos não têm efeito significativo.

Na Irlanda quanto maior o distrito, maior o peso do ministro. O candidato eleito possui mais força nas tomadas de decisão e infere diretamente na relação do distrito com o seu partido. As análises demonstram que o tamanho do reduto eleitoral influencia na distribuição de recursos. Aproximadamente mais de 50% dos entrevistados que reivindicaram créditos sobre *pork* direcionados a clubes esportivos e escolas, localizadas em distritos de alta magnitude eleitoral, tiveram os interesses

---

<sup>11</sup> Similar as câmaras municipais no Brasil.

individuais atendidos, ignorando as vontades do partido frente o poder Executivo (SUITER; O'MALLEY, 2014).

Também é possível observar que, quanto maior magnitude distrital e seleções mais inclusivas, as regras eleitorais induzem no comportamento legislativo, como as primárias dos Estados Unidos. Acontece que quando as primárias possuem disputas mais amplas em certo distrito, mais o parlamentar eleito destina recursos para que aja uma colaboração partidária, compartilhando votos entre os candidatos para atingir o limite necessário que conceda a vitória, sem que ocorra disputa local entre membros do próprio partido (BAGASHKA ; CLARK, 2016).

Enquanto isso no Reino Unido, a conexão eleitoral é avaliada através da distribuição dos “portifólios ministeriais” (MP’s) para candidatos com peso partidário. Parlamentares que tenham pouca experiência política, possuem menores chances de receber a responsabilidade do portfólio: “As descobertas sugerem que os líderes do partido são mais propensos a recompensar os deputados e oferecer-lhes um cargo ministerial quando ocuparem um assento seguro”. (KLEIN e UMIT, 2016, p. 290)<sup>12</sup>. A conexão eleitoral, neste caso, ocorre com a decisão do líder do partido em privilegiar o candidato mais bem votado, ou como os autores concluem, que cedem segurança eleitoral ao partido.

As variáveis endógenas e exógenas ajudam a dar mais robustez nos estudos sobre conexão eleitoral, pois o modelo de duas arenas sofre influência direta de fatores ligados a outras áreas, como exemplos citados. Elementos como financiamento de campanha, a relação com os distritos eleitorais, a ideologia, ajudam a compreender o comportamento parlamentar e estratégias que estreitam a vínculo com eleitorado, resultando em mais chance no sucesso eleitoral. As singularidades de cada estudo, auxiliam no entendimento da teoria que é a base na pesquisa. Ao levar em consideração de que estes apontamentos, são ferramentas importantes para compreender o caso brasileiro.

---

<sup>12</sup> “The findings suggest that party leaders are more likely to reward MPs and offer them a ministerial post when they hold a safe seat.” (KLEIN e UMIT, 2016, p. 290).

## 4. A CONEXÃO ELEITORAL NO BRASIL

### 4.1. O CASO NACIONAL

No Brasil, ocorre um processo institucional que valoriza a individualização do parlamentar, impostas pelas regras do próprio sistema político brasileiro. Segundo Carvalho (2003), existem semelhanças na abordagem da teoria de Mayhew e o congresso estadunidense, com o que é visto no legislativo brasileiro. Outro destaque que valida tal comparação, refere-se ao impacto da “origem geográfica”<sup>13</sup> nas atitudes dos congressistas, demonstrando como a arena eleitoral afeta a arena legislativa, de acordo com os mesmos resultados encontrados por Mayhew na teoria da conexão eleitoral.

Um dos contrapontos presentes em Figueiredo e Limongi (1994) é sobre a contestação deste determinismo devido as singularidades da sociedade brasileira. Como afirmar que esta relação do eleito e do representado afeta as ações dos parlamentares? Em um cenário com alta taxa de renovação, certos candidatos reeleitos conseguem manter a cadeira e influência nos corredores do congresso sem abarcar grande notoriedade nos meios midiáticos.

O que foi notado em Pereira e Rennó (2001), é que os recursos adquiridos pelos deputados são direcionados para atender pontualidades que possam garantir chances de reeleição na legislatura seguinte. As estratégias alvejam uma localidade e outra o âmbito nacional. Os resultados garantem que a distribuição de benefícios em nível local pode gerar resultados mais positivos do que atuação legislativa generalizada ou pautada em conteúdo específico. Samuels (2002), rejeita a ideia de que apenas a conexão eleitoral em forma de *pork barrel* seja suficiente para justificar a reeleição no Brasil, mas afirma que o *pork* é a moeda de troca para angariar fundos do setor privado, defendendo pautas que façam as empresas lucrarem com contratos governamentais. Destaca que em seus resultados a conexão eleitoral foi insuficiente para reeleição. Por outro lado, existe uma estreita ligação entre dinheiro e reeleição. Quanto maior o investimento mais chances de conseguir se reeleger.

Fiorina (1979) tentou explicar os altos índices de renovação do congresso norte americano e destacou dois pontos que influem sobre os reeleitos: sua

---

<sup>13</sup> Termo utilizado pelo autor, p.211.

capacidade de atuar por dentro das instituições e levar as solicitações da sociedade ao governo com perícia na solução destas demandas; e a ausência de debates eleitorais com assuntos polêmicos, aderindo a campanhas pontuais e mais pragmáticas, excluindo temas orientados ideologicamente. Ao invés de assumirem posições no período eleitoral, os candidatos optam por reterem-se a pautas mais gerais. Segundo Hall (1996), este comportamento pode ser similar ao congresso americano, quando o voto do congressista junto ou não a liderança partidária, pretende a angariar recursos futuros.

Outro apontamento, é que os autores brasileiros não descartam o fato de que deputados que optem por políticas nacionais consigam se reeleger, mas atribuem que para isso, será necessária uma maior participação nas mídias e engajamento em temas que gerem repercussão. Mais do que incluir emendas ao orçamento, é necessária atuação do parlamentar para angariar execução da mesma, prática indispensável para obter o sucesso eleitoral. E uma das premissas que ajudam o parlamentar neste tipo de situação é a locação de cargos. Quanto maior o prestígio do cargo ocupado pelo deputado, maiores as chances de conseguir fundos do seu orçamento. (PEREIRA E RENNÓ, 2001)

Em Ames (2003), o autor demonstra que o sistema político brasileiro possui fragilidades quando o assunto é a relação Executivo-Legislativo. Essas fragilidades seriam os incentivos institucionais para que os atores políticos pensem de maneira a maximizar o ganho individual, usando a destinação de recursos para seus eleitorados concentrados (*pork barrel*). O autor atribui os obstáculos parlamentares ao comportamento dos candidatos, justificando o alto número de partidos e dificuldades no desenvolvimento das políticas públicas, visto que grande parte dos legisladores estão interessados no privilégio próprio e não se propõem a atender as demandas em benefício geral, de maneira que os líderes partidários não conseguem limitar as políticas de modo efetivo.

Diferente de Figueiredo e Limongi (1999) que baseados em análises estatísticas de dados e na teoria neoinstitucional partidária, contrariam o modelo neoinstitucional distributivista e afirmam que o sistema político brasileiro não geraria incentivos institucionais para o personalismo dos legisladores frente ao eleitorado ou o Executivo. Com alta disciplina partidária no Congresso Nacional observada pelos autores, existe uma centralização nos direcionamentos das lideranças nas votações. Contudo, o Executivo consegue coagir certa cooperação por parte dos congressistas,

pois institucionalmente, eles não teriam motivações para buscar benefícios próprios na arena eleitoral. Deste modo, os parlamentares votam subordinados as lideranças para obterem recursos, executados pelo Presidente. Porém, segundo Pereira e Mueller (2003), existem incentivos institucionais no sistema legislativo brasileiro para que os parlamentares cooperem na arena legislativa, mas na arena eleitoral são motivados a agirem individualmente. O que geraria a relação de partidos fortes frente ao legislativo e fracos frente ao eleitorado. E ao contrário da afirmação proposta por Figueiredo e Limongi (1994), os autores destacam que existe personalismo dos candidatos no período de eleição, motivados pelas próprias regras eleitorais.

O formato do sistema eleitoral brasileiro (lista aberta e votação proporcional), com Estados formados por unidades distritais com grande magnitude, representados por mais de um parlamentar, possibilidade de eleições sucessivas, faz com que os deputados preservem seus redutos eleitorais e busquem novos distritos através da distribuição de recursos, segundo Ames (2003). Em sua metodologia, desenvolveu quatro tipos de distritos: (a) concentrados-dominantes; (b) concentrados-compartilhados, (c) dispersos-dominantes e (d) dispersos-compartilhados. Concentrados e dispersos referem ao percentual de votos adquiridos em determinado distrito eleitoral, frente o total da votação do candidato (distribuição dos votos por município), e dominantes e compartilhados sobre a percentagem de votos válidos nos redutos eleitorais (divisão de votos com outro[s] candidato[s]).

Para Carvalho (2003), o tipo mais próximo do modelo de conexão eleitoral seria o (a) *concentrados-dominantes*. E o principal problema apresentado na tipologia de Ames (2003) é a não aplicação dela para verificação do tipo de votação no perfil de cada candidato, como variável, causando generalidade ao “parlamentar médio” e decretando que o congresso brasileiro sobrevive à base do distributivismo. O autor destaca que a conexão eleitoral no Brasil ocorre através dos deputados de maneiras diferentes, alguns são incentivados a buscar recursos para seus distritos eleitorais, outros são obrigados a se posicionarem de determinadas maneiras frente ao eleitorado, assim como os partidos também influenciam na relação entre parlamentar e a população. De todo modo, os deputados agem de maneira individualista e direcionada a fim de atender o que Mayhew (1974) chama de *credit claiming* (reinvindicação do crédito).

Um dos textos mais recentes acerca da teoria distributivista no Brasil, “Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do

Executivo” (BORGES et al., 2016), traz a luz um fator pouco debatido na literatura, o peso do Poder Executivo na arena Legislativa e na geografia do voto nas eleições para deputados federais. Borges et al. destacam que existe uma clivagem nas esferas estaduais e federais, determinadas pelo posicionamento do candidato sobre o Executivo. Neste caso, o deputado ser oposição ou situação, em ambas as esferas, afeta diretamente o padrão de sua votação. A partir da tipologia de Ames, candidatos fragmentados-dominantes tendem a ser situacionistas, e o peso do espectro ideológico partidário é relevante, segundo resultados da pesquisa. Os candidatos de partidos de esquerda concentrados demonstram maiores chances de serem dominantes, enquanto candidatos de partidos de direita ou centro ocorre o oposto: deputados com votação fragmentada, em média, se destacam. Uma das justificativas plausíveis, deriva do recrutamento partidário, pela rigidez do processo dentro dos partidos de esquerda tornam mais difíceis mudanças significativas nos padrões de voto.

“Em outras palavras, no Brasil a dependência frente ao Executivo faz com que as vantagens intrínsecas ao cargo de deputado federal sejam insuficientes para garantir a manutenção de bases eleitorais dominantes. Ao contrário, candidatos incumbentes concentrados, incluindo aqueles que participam da base do governo federal, apresentam desvantagem com respeito a estreates também situacionistas.” (BORGES et al., 2016, p.55)

No estudo, houve o destaque para a arena estadual como eixo estratégico para a campanha eleitoral dos deputados federais. A aquisição de ocupações e recursos em conjunto o governo estadual, são importantes para o sucesso na disputa eleitoral ao Legislativo Federal. E afirmam que é “muito implausível” (p.55) que as ações dos parlamentares sejam independentes das relações institucionais e partidárias, contrariando a teoria distributivista.

Baião e Couto (2017) comprovam estatisticamente que as emendas distribuídas produzem votos, mas não ao ponto de terem peso significativo para o sucesso eleitoral na próxima disputa. Recursos que passam pela administração municipal são os que geram maior retorno eleitoral. Quando prefeitura e deputados são de mesma sigla, o impacto positivo se torna ainda maior. O partido do prefeito exuma preferência quando há distribuição de emendas pelos deputados. E conclui que apenas o *pork barrel* não é suficiente para perdurar o mandato dos parlamentares. A conexão eleitoral, por sua vez, não ocorre de maneira direta entre candidatos e eleitorado. O prefeito do município tem papel chave nesta equação e atua como um

*broker*<sup>14</sup> local. Os candidatos têm a obrigação de reivindicar os créditos pelos benefícios que a distribuição de recursos trouxe para o município. Por fim, os partidos são caracterizados por facilitar a relação entre candidatos de esferas diferentes, seja como vínculo de distribuição e execução de emendas e como referência no apoio da arena eleitoral do município.

Dentre as discussões demonstradas (CARVALHO, 2003; FIGUEIREDO E LIMONGI, 1994; PEREIRA E RENNÓ, 2001; AMES 2003; BORGES ET AL., 2016; BAIÃO E COUTO, 2017) é aferível dizer que o debate sobre conexão eleitoral no Brasil possui apontamentos distintos, principalmente no que se refere a arena legislativa e as motivações dos parlamentares, ora agindo individualmente, ora seguindo as determinações das lideranças. Outro ponto, é que os distritos são determinantes para o sucesso eleitoral. Inclusive, como o papel do Estado e dos municípios são pensados de maneira estratégicas, já que o apoio do governo e do executivo local concebem resultados positivos.

#### 4.2. CASOS ESTADUAIS E O PARANÁ

Abrucio (2002) propõe uma agenda de estudos trazendo uma nova configuração que o autor denomina de “ultrapresidencialismo estadual”. Segundo o autor, pós-constituinte de 88, os legislativos estaduais ganharam mais força, principalmente por sua característica fiscalizadora do poder Executivo, o que traria mais equidade ao processo político estadual. Durante a pesquisa, Abrucio denotou que houve uma hipertrofia dos governos estaduais e de seu poder decisório, justificável por possuir recursos institucionais próprios para atender as demandas dos parlamentares e os municípios (forte moeda de troca entre governados e deputados) e pela maioria governista na Assembleia. Esta relação gera o que é chamado de “pacto homologatório”: os legisladores agem de maneira menos incisiva na fiscalização do executivo e em contra partida o governador distribui os recursos em favor dos deputados. Os parlamentares, por sua vez, destinariam estes recursos para os seus distritos eleitorais em forma de políticas distributivas, atendendo a premissa de conexão eleitoral, na tentativa de assegurar sua sobrevivência política.

---

<sup>14</sup> Elo de ligação entre o município e as esferas superiores, estadual ou nacional.

Em estudo realizado no Rio Grande do Sul, Saugo (2007) debate a geografia do voto e comportamento parlamentar dos deputados, a fim de investigar se a produção legislativa, emendas e projetos de lei, geram conexão eleitoral no estado. O padrão encontrado é que os deputados gaúchos, em sua maioria, não distribuem emendas orçamentarias para os dez municípios onde obtiveram o maior número de votos e aqueles que tiveram alta produção legislativa, em relação as emendas, possuem votações Dominantes e Concentradas. Ao analisar as emendas orçamentarias como variável para a reeleição, a autora demonstrou que a distribuição de recursos não é uma estratégia eficaz na busca por novos eleitores. Os deputados adquiriram menos votos nos municípios que receberam as emendas do que no resto do estado. Desta forma, a reivindicação de crédito não funciona de maneira positiva. Mas, a geografia eleitoral possui incentivos para o comportamento clientelista e universalista, tese que discorda da proposta de Ames (2001) e Mainwaring (2001), onde os parlamentares só agiriam em favor de benefício próprio.

Na pesquisa realizada por Cervi (2009) com deputados da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), foi proposto o estudo sobre a produção legislativa dos parlamentares e sua correlação com o impacto eleitoral durante a tentativa de reeleição. Foram divididos três grandes grupos de variáveis: primeiro, “posição política institucionalizada”; segundo, “visibilidade dos mandatos” e terceiro, “produção legislativa individual dos candidatos”; e por fim, foram aplicados testes estatísticos de média e regressão.

Os resultados destacaram que a votação regional dos candidatos é um dos fatores significativos para a reeleição. A publicidade gerada no principal jornal do Estado, Gazeta do Povo, só influenciou prejudicialmente no resultado quando corroborou com aspectos negativos sobre determinado candidato, da mesma forma que o número de projetos de leis apresentados não foram produtores ao sucesso eleitoral. Porém, Cervi (2009) destaca que ao destinar projetos de forma dirigida aos municípios ou regiões teve efeito positivo, ou seja, a produção legislativa segmentada é a única variável que está intrinsecamente relacionada a reeleição.

É possível afirmar que, no caso em questão, há uma relação direta entre o tipo de produção parlamentar individual e o comportamento do eleitor. Enquanto deputados candidatos à reeleição que produziram principalmente projetos de abrangência estadual tiveram votos dispersos, deputados com produção localizada apresentaram maiores percentuais de votos regionalizados, indicando uma conexão eleitoral entre as atividades individuais do parlamentar e a aceitação desse trabalho pelas bases eleitorais. Já a conexão entre a atuação coletiva do parlamentar, como em temas polêmicos e de grande interesse do Executivo estadual, não se mostrou tão forte quanto à anterior. (CERVI, 2009, p.175)

A conclusão do autor refina a ideia de Pereira e Mueller (2003), em que a arena legislativa, os deputados agem individualmente, e no caso em questão, é visível a produção individual dos candidatos que concentram as proposições municipalmente ou regionalmente, alcançam uma cadeira na Assembleia.

Simões (2018) reflete sobre o uso de indicações na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) e afirma que este mecanismo estritamente relacionado a lógica da conexão eleitoral. No estudo proposto, a autora acredita que o uso de indicações no legislativo estadual, serviriam de modo estratégico aos deputados, para demonstrar aptidão no atendimento de demandas dos eleitores. Após instituído as indicações, que tendem a ser distributivistas, os projetos de lei focam de maneira mais generalista o Estado.

Com esses dados, confirmamos nossa hipótese de que, diante do contexto de limitações legislativas impostas pela Constituição e da necessidade de distribuir benefícios ao seu eleitorado, os deputados criaram o recurso institucional da indicação para atender a essa finalidade. Como consequência, a produção de projetos de leis de cunho autorizativo não só diminuiu, como deixou de ser estatisticamente relevante. Além do mais, os projetos de lei com abrangência regional, portanto de caráter mais distributivo, diminuíram, concentrando-se mais em políticas a nível estadual. (SIMÕES, 2018, p.13)

As indicações não efetuam nenhum benefício direto ao eleitorado, devido sua prerrogativa constitucional, já que o Executivo não precisa necessariamente atendê-la. Porém, agregam na relação entre o parlamentar e sua base eleitoral. O mesmo ocorre nos municípios e será demonstrado no próximo tópico.

Em tese defendida por Miranda (2018), as esferas federais e estaduais possuem debilidades sobre as emendas, visto que elas não conseguem limitar o número e os valores em ambas esferas. As emendas orçamentarias orientadas pelo legislativo, buscam induzir o jogo político.

A conexão eleitoral defendida pela literatura não consegue ser comprovada quando analisada a produção legislativa dos deputados estaduais. Por isso, Miranda (2018) relativiza as características da teoria e denomina como “conexão simbólica”, quando “[...] o deputado estadual não tenha expectativas com a execução da emenda

e não existam custos significativos à apresentação de inúmeras emendas.” (p.83). Os parlamentares disputam a execução dos projetos via Executivo para que obtenha notoriedade da distribuição de recursos pelos eleitores. Principalmente, os direcionamentos das demandas do orçamento dos Estados (áreas como educação e saúde). Mas, ao analisar os estados, os parlamentares agem como *policy brokers*, e tentam ao máximo transferir os recursos para as bases eleitorais. Dentre os seis estados que são analisados (RS, PR, SP, MG, ES e BA), São Paulo e Bahia constituem uma vertente de conexão simbólica desenvolvida pela pesquisa. A vigência da análise empírica conclui que os dois tipos de conexão, eleitoral e simbólica, determinam a vigência sobre as emendas, já que as resultantes não consolidam o sucesso do resultado eleitoral.

O destaque metodológico de Miranda (2018) foi o desenvolvimento de duas tipologias referentes aos municípios: a dominância (votos nominais x eleitores totais do município) e a relevância eleitoral (votos nominais x votos obtidos no município). Os resultados das variáveis demonstram que na correlação entre as emendas e os votos dos deputados da Bahia, não houve significância; no caso capixaba, teve uma alta relação entre a distribuição de recursos com o retorno eleitoral, atribuindo os valores das emendas e a relevância do município. Outro destaque, é em relação a limitação da quantidade e dos valores das emendas propostas por deputado, que ocorre em MG, RS, PR e ES, os deputados seguem um padrão “informal”, segundo o autor. De acordo com Miranda (2018), devido ao grande número e alto valor, as emendas propostas pelos deputados paulistas são definidas como “ações estratégicas simbólicas”, já que não tiveram resultantes no impacto para o sucesso eleitoral. Sobre o Paraná:

O que identificamos foi um acordo informal (entre Executivo e Legislativo) sobre quantidade/valores de emendas propostas por parlamentar no Paraná. Concluímos que a correlação entre quantidade de emendas/valores de emendas e relevância eleitoral é significativa, o que sugere uma atuação dos deputados estaduais paranaenses mais voltada a literatura clássica, conexão eleitoral. (MIRANDA, 2018, p. 150)

Por fim, o autor conclui que a relação simbólica é de fato estabelecidas nos três estados analisados (PR, SP e BA) mas, a execução dessas emendas gera um resultado diferente, mais parecido com a teoria de conexão eleitoral. A propostas são feitas para inúmeros municípios e valores adversos, muitas vezes direcionadas a municípios sem relevância eleitoral para o candidato. Contudo, quando as emendas

vão ao pleito de execução, as preferíveis são onde o deputado possui maior número de votos ou município onde tem expressiva magnitude eleitoral.

Nos casos supracitados anteriormente, os Estados possuem questionamentos sobre a existência da conexão eleitoral, como vista por Mayhew (1974). Ambas destacam o peso dos municípios para o sucesso eleitoral. Porém, o próprio nível local possui suas disputas e diferenças, dado que é a esfera mais próxima ao eleitorado, e será debatido a seguir.

#### 4.3. OS ESTUDOS LOCAIS

Nos estudos locais, segundo Barbosa (2015, p. 90) é possível encontrar aspectos comuns sobre a esfera municipal com as demais: “[...] a) preponderância do Executivo frente ao Legislativo; b) Legislativo frágil, que pouco segue os deveres de fiscalização ao executivo; c) Legislativo que se propõe mais a um assistencialismo, prestação de serviços do que a criação de leis – produção legislativa; d) partidos fracos; e, e) forte apelo à conexão eleitoral.”. Pode ser observado duas abordagens na literatura sobre estudos locais, uma mais partidária e a outra mais distributivista.

Ao pesquisar coligações e coalizões nos municípios, usando o pressuposto da versão partidária., Kerbauy (2008) identificou que os partidos e suas alianças são utilizadas de maneira estratégica, capazes de influir nas táticas partidárias estaduais e federais. A autora investigou a estrutura partidária de 73 municípios de três estados, contradizendo a versão clientelista de que os vereadores e os candidatos são individualistas e agem apenas buscando a reeleição na arena eleitoral. A competição eleitoral no Legislativo é fundamental para o entendimento da estrutura das Câmaras Municipais, pois se os vereadores não se comportam por interesses pessoais, quais as motivações para o desempenho legislativo? A conclusão é que os vereadores não podem ter uma atuação exclusivamente motivadas por políticas distributivas, ou seja, obedecem a certa disciplina ao partido (KERBAUY, 2008).

Em Neto (2003), o autor utilizou *surveys* com vereadores e eleitores, onde os candidatos afirmaram uma postura mais assistencialista, voltada para atender as solicitações da população, excluindo a função de fiscalização e verificação da conduta do Executivo, perspectiva próxima a dos deputados federais. O legislador municipal entende seu ofício como finalidade de aproximar o eleitorado e seus pedidos da esfera política, ao todo, a burocracia que envolve o cargo passa despercebida ou é ignorada.

Para justificar que os vereadores se inclinam a se submeter ao Executivo, as análises do autor são focadas nos projetos e nas votações das propostas que partem dos prefeitos, e que positivamente passam pelos vereadores sem avaliação com intuito de apenas manter os interesses da clientela. Outro destaque feito durante o texto, seria a respeito da separação do Executivo-Legislativo, visto as barganhas necessárias para obter a maioria no congresso no nível nacional, e que se repetem na esfera local, o que faz com que municípios de menor estrutura, fora o clientelismo arbitrário, há riscos de ocorrer corrupção de maneira mais intrínseca a instituição, pois os partidos não possuem influência.

Algumas pesquisas procuram responder como funcionam as conexões eleitorais nos municípios, afim de entender se os vereadores são motivados a atender apenas suas bases eleitorais ou se os comportamentos se diferem na prática do *pork barrel* (conceituado como sendo “políticas que possuem como objetivo agradar uma determinada *constituency* [...], [que] visam premiar os eleitores que votaram em um determinado político” (SILVA, 2011, p.1). Nesta pesquisa será utilizada a definição de *pork barrel* como sendo políticas paroquialistas, devido a sua origem ser dentro da instituição por meio da produção legislativa e como recursos utilizados para melhorias a infraestrutura. É visto que o *pork barrel*, seria uma forma de política distributiva, diferente de outras categorias como: clientelismo, que o eleitorado é categorizado como “clientes” e não tem relação direta com o político, dependem de um intermediador; patronagem, que é distribuição de cargos públicos, que quando dados a parentela corrobora nepotismo; ou *casework*: distribuição de benefícios privados diretos aos eleitores, entre outros (ALMEIDA; LOPES, 2011).

A nível local, os estudos a respeito de *pork barrel*, seguem o pressuposto de conexões eleitorais na arena municipal e vem sendo debatidos em artigos e dissertações, como já realizado em capitais como: São Paulo (SILVA, 2011), onde não ocorre conexões eleitorais significativas; no Rio de Janeiro (D’ÁVILA FILHO, et.al, 2014), que o instrução de indicações geram “parcialmente” as conexões; em Fortaleza (FACUNDO, 2015) onde houve a percepção de políticas distributivas por certos tipos de vereadores, separados pelo autor; e em Curitiba (SANTOS e RAMOS, 2016) que mesmo com alta produção legislativa (requerimentos), esta variável não teve resultado considerável nos reeleitos e o fator determinante foi o reduto de votação da eleição precedente. Dentro dessas concepções, os trabalhos serão utilizados para debater

especificamente as conexões eleitorais dos vereadores, sendo que há posicionamentos diferentes dos resultados.

Na capital paulista, o artigo propõe-se a examinar em que medida há conexão eleitoral e a existência ou não de *pork*, por meio da análise das produções legislativas encaminhadas à mesa da Câmara Municipal, na 13<sup>a</sup> (2001-2004) e 14<sup>a</sup> (2005-2008) legislaturas, respectivamente. Para atingir tais conclusões, o autor valeu-se de dados recolhidos a partir dos projetos de leis (PL's) encaminhados à mesa diretora da Câmara Municipal de São Paulo, nas legislaturas supracitadas.

Ainda, a fim de definir o tipo de base eleitoral agregada a cada vereador eleito nas duas legislaturas, Silva lançou mão do uso da tipologia criada por Ames (2003), a qual emprega duas vertentes classificatórias do eleitorado: concentrado/disperso e dominante/compartilhado (SILVA, 2011). Em vista disso, o autor argumenta em torno da inexistência do padrão concentrado/dominante entre os vereadores analisados, devido à alta competitividade eleitoral em distritos pequenos com alta magnitude, ou seja, a alta taxa de candidatos impede que somente um exerça hegemonia na região inteira.

Em detrimento das políticas paroquialistas de *pork barrel* entre os vereadores do município de São Paulo, o autor, tomando como base o argumento de Lemos (2001), defende que o eleitorado consegue captar as benesses dos projetos mesmo quando estes não os beneficiam diretamente, ou seja, o político, sendo racional, poderá criar projetos de leis gerais em detrimento dos paroquialistas. Portanto, Silva (2011) conclui que não há evidências empíricas que comprovem a tese distributivista no município de São Paulo no período avaliado. Nesse sentido, de acordo com o autor, a distribuição de recursos, ou seja, o *pork barrel* não se apresenta como a estratégia dominante entre os parlamentares, pelo contrário, estes optam pelos projetos de caráter geral, fato que torna a conexão eleitoral, residual.

O artigo de D'Ávila Filho et al. (2014), tem como objetivo analisar a relação entre o eleitorado carioca e as indicações enquanto objeto de estudo. O objetivo central do trabalho é avaliar a dinâmica político-eleitoral dos vereadores tomando como base suas estratégias para o sucesso eleitoral, seja na primeira eleição ou em reeleições. A hipótese formulada inicialmente pelos autores é a de que os legisladores utilizam as indicações como mecanismo de intermediação e, portanto, de construção de suas conexões eleitorais entre os eleitores e o Poder Executivo. Além disso, de acordo com os autores, tais indicações são protocoladas e cadastradas com

certificado de autoria, o que garante facilidade ao legislador no credit claiming, ou seja, a possibilidade de reivindicar para si os créditos da proposição.

Ainda importa ressaltar o caráter paroquialista e concentrado das indicações. De acordo com D'Ávila Filho et al. (2014), embora seja uma atividade não estatutária, a indicação é resultado do próprio jogo político e, assim sendo, encontra-se mais próxima da vida cotidiana do cidadão, sendo resultado da interação constante entre “produção de demandas e representação política” (p.43).

A respeito do funcionamento do mecanismo de “intermediação de interesses paroquiais”, os autores propõem uma “tríade assimétrica de dois níveis” de atores na competição político-eleitoral: o prefeito, vereadores e eleitores. Nesse modelo, o legislador assume função central ao ser o mediador dos interesses entre os dois níveis. Como afirmado pelos autores, assume uma função de “ouvidor”.

As trocas envolvidas nesse processo podem ser importantes para a competição eleitoral em nível municipal, assim como para os envolvidos na tríade. Pois, o vereador poderá se beneficiar da autoria da indicação, ganhando reconhecimento ao esforçar-se para atender uma demanda de seu eleitorado, ao passo em que o eleitor se beneficiaria com a demanda atendida, e igualmente o prefeito ganharia apoio do legislador.

Em face disso, o atendimento da indicação do vereador pelo prefeito denota um sinal de prestígio do vereador, o que, de certa maneira, demonstra uma atuação parlamentar competente, garantindo um “trunfo eleitoral” com o qual poderá perseguir os três objetivos (que, de acordo com os autores, todo candidato à reeleição busca): “preservar seus eleitores; conquistar novos eleitores; e tirar votos dos concorrentes” (D'ÁVILA FILHO, et.al., 2014, p.48).

Com relação às indicações, os autores observaram que o número crescia até a metade do primeiro mandato e decrescia a partir daí. Ainda que não observado um padrão, buscaram argumentar em torno de três hipóteses, plausíveis e não excludentes entre si, para tal fato. A primeira, de acordo com os autores, seria a quitação de dívidas de campanhas com os eleitores, com o objetivo de manter a conexão eleitoral criada. A segunda diz respeito ao tempo de atendimento do Poder Executivo à solicitação nos meses que antecedem as eleições, o que poderia desestimular o legislador. E a terceira hipótese refere-se às restrições impostas pela legislação com relação à destinação de recursos nos meses que antecedem as eleições.

Concernente aos temas das indicações, “o percentual de indicação para investimentos (melhoria) cai progressivamente com o andamento da legislatura” (D’ÁVILA FILHO, 2014, p.50). Isso sugere, de acordo com os autores, que os legisladores vincularam a apresentação de indicações que diziam respeito à investimentos com as restrições da legislação em vigor à época e ao tempo que julgavam que o Poder Executivo levaria para atendê-las.

Além disso, verificaram que os vereadores não distribuíam igualmente as indicações por todas as zonas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as duas zonas mais carentes do município, zonas Norte e Oeste, concentraram mais de 97% das proposições, enquanto as zonas Sul e Centro ficaram com apenas 1,4% e 0,4%, respectivamente. A suposição explicitada pelos autores é a de que as zonas mais abastadas receberiam maior atenção midiática e, devido às suas importâncias econômica, conseguiriam fazer-se vistas por outros meios que não a representação institucional.

Destarte, os autores concluem que as indicações se apresentam como um “mecanismo significativo de representação democrática” (p.57), sendo utilizado como artefato de negociação e de mediação dos interesses mútuos da tríade. A hipótese de que os vereadores utilizam tal mecanismo para realizar permutas entre os eleitores e, também, com o Poder Executivo, portanto, é “parcialmente atingida”.

Já em Fortaleza, Facundo (2015) faz uma análise da produção legislativa dos vereadores eleitos em 2008, com intuito de compreender a atuação do parlamentar em conjunto a produção legislativa e seus direcionamentos. Iniciando o estudo pela relação ente vereadores e eleitorado e em um segundo momento, como a atuação parlamentar é intrínseca as votações das bases eleitorais. Metodologicamente, o autor propõe definir três tipos de vereadores: territorializado, hierárquico e ideológico, após essa tipologia, comparou com a produção parlamentar de cada uma, afim de perceber se ocorria conexão eleitoral. Em sua conclusão, o autor afirma que é possível perceber conexão eleitoral em pelo menos dois tipos, territorializado e ideológico.

Santos e Ramos (2016), analisam os requerimentos apresentados na 15ª Legislatura da CMC (2009-2012) pelos vereadores que tentaram reeleição, a distribuição de recursos ocorre nas diferentes áreas, independente ser de competência do município ou da federação. A questão é a manutenção do eleitorado. Para isso, os atores políticos municipais utilizam de sua posição institucional,

participando de comissões e bancadas que representem o interesse de seus eleitores (SANTOS e RAMOS, 2016, p.157)

Ao efetuar análise de trajetória com correlação das variáveis, ponderando entre si para que não aja efeito de casualidade ou de inferência nos dados, a proposta era medir se essas condições influenciam diretamente no desempenho eleitoral. Porém, a relação entre recursos de campanha e requerimentos teve efeito negativo. Quando adicionada o tempo de horário eleitoral (HPGE) na equação, as variáveis ganham peso significativo sobre a reeleição, e como destacam os autores, existência da manutenção do voto de uma eleição para a outra também (votos regionalizados).

Em outras palavras, o desempenho eleitoral positivo, o sucesso que esses candidatos obtiveram em 2012 e fortemente explicado por ele ter mantido uma boa parte do eleitorado que havia votado nele em 2008 e adicionado a estes votos, aqueles ganhos no decorrer do mandato com os requerimentos que apresentou para os bairros onde constituiu suas bases eleitorais e o alcance, e, possivelmente, um bom aproveitamento do tempo de exposição na propaganda política gratuita da televisão já que, conforme a literatura aponta e confirmado nesse estudo, o tempo destinado aos candidatos a vereador é curto, mas sendo candidato a reeleição ele consegue ser privilegiado em detrimento dos candidatos desafiantes. (SANTOS e RAMOS, 2016, p.167)

Sobre a conexão eleitoral, as análises demonstraram que os vereadores reeleitos apresentaram quase 20% a mais de requerimentos do que os derrotados. E quando atribuídos os outros fatores, a variável continua com peso insignificante. Os dados apontam que “não é um recurso que o ajude consideravelmente o candidato na tentativa de eleição, não obstante, o vereador que mais se utilizou desta prática, não conseguiu se reeleger, e o que menos a fez, obteve sucesso”. Por último, os autores destacam que, utilizando a teoria mayhewiana, esses resultados podem estar relacionados com déficit em reivindicar os créditos (*credit claiming*) pelas autorias dos benefícios gerados pelos requerimentos. (SANTOS e RAMOS, 2016, p.172).

Os estudos locais, mostram abordagens diferentes sobre a teoria de conexão eleitoral. Das discussões apresentadas sobre as capitais, é correto afirmar que as variáveis mostram certo nível de correlação entre a produção legislativa e a dinâmicas de voto, o que geraria a conexão eleitoral em dados aspectos e metodologias. Como o objetivo da pesquisa é entender melhor se os candidatos de Curitiba são responsáveis em seu primeiro ano de mandato, é necessário compreender o funcionamento interno da CMC e suas ferramentas legislativas.

## **5. A CONEXÃO ELEITORAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**

### 5.1. O PODER MUNICIPAL E A CMC

Após a Constituição de 88, aumenta a participação dos Estados e Municípios na arrecadação e distribuição de recursos ante a federação. Desta forma, o texto constitucional atribui um novo cenário sobre a burocracia municipal, dando-lhe maiores responsabilidades frente a Federação e maior independência para gerir seus próprios recursos, autonomia legislativa e também, passam a ser incumbidos por questões básicas de direito aos seus cidadãos como segurança, saúde, educação, transporte, por exemplo.

Outro fato sobre a municipalização do Brasil é que diferente de outros países, a divisão e aumento do número de municípios ocorre a partir de zonas urbanas, e que, como procedimento de fundação de um novo município ocorre pelas vias do Estado, não é delineado os gastos cabíveis aos cofres públicos da União. Com isso, alguns municípios enfrentam defasagens em suas funções básicas e ficam dependentes do Fundo de Participação e de recursos providos de outras esferas, acarretando problemas em municípios menores que faltam capacitação técnica-burocrática para solicitar auxílios federais, o que dificulta a cooperação entre as estâncias federativas (TOMIO, 2003, p 107).

A função legislativa da Câmara Municipal é regida pela constituição e pela lei orgânica, são fundamentais em quatro âmbitos: (i) fiscalização perante o executivo municipal; (ii) criação de leis acometidas ao interesse de benfeitoria em diversas áreas; (iii) organização do corpo burocrático da instituição; (iv) assegurar a isonomia dos poderes executivos e legislativos do município (FACUNDO, 2015, p.35).

Dentro da instituição, a Lei Orgânica Municipal (LOM) e o regimento interno regulamentam a burocracia do município. A LOM regulamenta as competências das cidades e dependem da aprovação da maioria dos vereadores em votação composta por dois turnos. O regimento interno organiza o funcionamento da câmara, a composição das funções internas (mesa executiva, comissões, por exemplo) e contém os processos do sistema legislativo municipal (tramitação de projetos de lei, proposições e requerimentos ao executivo, por exemplo).

Na Câmara Municipal de Curitiba, o regimento interno demonstra seis funções do Poder Legislativo: (i) legislativa, desenvolvimento de leis e normas referentes ao Município; (ii) fiscalização, a execução orçamentaria ao executivo e a própria câmara, pelo tribunal de contas; (iii) de controle externo, principalmente a vigilância frente

Poder Executivo em aspecto geral; (iv) assessoramento, intervir junto ao executivo para atender demandas de interesse público; (v) julgadora, para casos de infrações político-administrativas ou ético-parlamentares tanto no poder Executivo ou Legislativo, em formato de lei; (vi) administração interna de assuntos referentes a Câmara, que organizam as atividades administrativas e de serviços auxiliares de suas dependências<sup>15</sup>.

Após as posses dos vereadores, o próximo passo de organização da casa é a eleição da Mesa. A composição dos cargos da Mesa procede de acordo com regimento de cada município. Em Fortaleza, ela é composta por um presidente, dois vice-presidentes e três secretários (FACUNDO, 2015, p.36). Em Curitiba, os cargos são distribuídos em um presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários. A Comissão Executiva, incumbida pela direção administração e financeira da CMC, fica a cargo do presidente, 1º secretário e 2º secretário. É de competência da Mesa ordenar os todos os trabalhos legislativos, designar vereadores para representar a casa, promulgar emendas na LOM e conceder informes oficiais aos vereadores.

A eleição ocorre no dia seguinte a postulado dos legisladores, sob a vigência do mais votado do pleito. Busca-se compor a Mesa de maneira proporcional, e dentro do possível, todos os blocos e partidos. No dia da votação é necessária maioria absoluta para que ocorra a eleição e qualquer vereador pode disputar um cargo da Mesa, o mandato é bienal e sem premissa para reeleição de mesmo cargo na mesma legislatura. Cada cargo da Mesa, possui atividades específicas ao mandato:

a) **Presidente:** representar a Casa, encaminhar pedidos de intervenção ao município, dar posse aos vereadores, superintender a polícia interna da câmara, substituir o Prefeito em termos de LOM, presidir as sessões plenárias, orientar as proposições e homologar a indicações a formação das comissões;

b) **Vice-presidentes:** substituir o Presidente, caso o 1º Vice-presidente não possa fazê-lo, o 2º Vice-presidente fica no encargo;

c) **Secretários:** o 1º Secretário é responsável pela verificação de quórum, leitura do expediente, inscrever vereadores para uso da palavra, secretariar a Comissão Executiva, substituir Vice-presidentes e Presidente,

---

<sup>15</sup> Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba, Cap. 2 art. 4.

caso seja necessário. Atribui ao 2º Secretário a leitura da ata anterior, contagem das votações, compor a Comissão Executiva e substituir o 1º Secretário. O 3º e 4º, substituem o 1º e 2º na Comissão Executiva, nas ausências ou impedimentos.

É de interesse dos vereadores exercer um cargo na Mesa, pois, além da influência política interna, os cargos garantem ganhos no corpo de assessoramento de cada um dos vereadores que foram eleitos para a Mesa.<sup>16</sup>

Dentro da composição, está a Comissão Executiva. Esta comissão dirige os processos internos, principalmente burocrático-financeiro. Prestação de serviços a Câmara, abertura de créditos complementares e analisar as dotações orçamentárias do Executivo, por ato gerenciar os servidores da Câmara (nomear, promover, comissionar, demitir, exonerar etc.), e por último, são encarregados pela transparência de despesas da CMC.

A Mesa é quem nomeia as comissões de acordo com a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares. Na estrutura da Casa, existem dois tipos de comissão: permanente e temporária. As permanentes possuem atribuições técnicas-legislativas, que atuam no processo de julgamento de finalidade das proposições e são norteadas pela LOM e o Regimento. Na CMC existem 10 comissões permanentes, cada uma com função específica:

Quadro 1- Comissões permanentes da CMC

Denominação da Comissão Permanente	Descritivo da Comissão
<b>i. Constituição e Justiça:</b>	Verifica o caráter legal, constitucional, jurídico e técnico-legislativo das proposições, única comissão com direito a veto;
<b>ii. Economia, Finanças e Fiscalização:</b>	Conduzir a análise da execução orçamentária da prefeitura, verificar prestações de contas do Executivo e Legislativo, controlar e fiscalizar questões externas ao Legislativo e a Comissão

<sup>16</sup> Vide: “Vereadores de Curitiba elegem nova Mesa Diretora na próxima sexta” [https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=30399](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=30399) Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

	Executiva, atuar frente ao Tribunal de Contas para esclarecimentos sobre a improbabilidade dos poderes;
<b>iii. Serviço Público:</b>	Atender matérias que envolvam servidores públicos e a prestação de serviços do município;
<b>iv. Educação, Cultura e Turismo:</b>	Pautas ligadas a educação, cultura e desenvolvimento turístico da cidade;
<b>v. Urbanismo, Obras Públicas e Tecnologia da Informação:</b>	Aderem os planos de desenvolvimento urbano, viário e de caráter tecnológico, como desenvolvimento de tecnologias de informação e softwares;
<b>vi. Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública:</b>	Vinculados a proteção dos direitos do cidadão, segurança pública, direitos humanos e afins;
<b>vii. Participação Legislativa:</b>	Corroborar na avaliação das sugestões, pedidos e indicações da população ou de entidades privadas em favor do município;
<b>viii. Saúde, Bem-Estar Social e Esporte:</b>	Tópicos sobre saúde e assistência social, vigilância sanitária, nutrição, esportes e lazer;
<b>ix. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Assuntos Metropolitanos:</b>	Assuntos sobre meio ambiente, saneamento básico, preservação e recuperação de recursos naturais e desenvolvimento sustentável;
<b>x. Acessibilidade e Direitos da Pessoa com Deficiência:</b>	Abrangência sobre direitos das pessoas com deficiência e acessibilidade em qualquer âmbito que rege a legislação municipal.

Fonte: Elaborada pelo autor. Baseado no Regimento Interno da CMC.

As duas primeiras concentram o maior número de membros, nove cadeiras no total. As outras são integradas por cinco membros cada uma. As comissões são compostas por Presidente, Vice-Presidente e membros. Lembrando que, exceto Presidente e 1º Secretário da Mesa Diretora, todos os vereadores devem ocupar pelo menos uma comissão permanente. A indicação ocorre pelas lideranças partidárias e tem duração de um ano, passível de continuidade após o período.

As Comissões Temporárias são qualificadas em quatro tipos: (a) Especial, (b) Parlamentar de Inquérito, (c) Processante e (d) de Representação. A (a) Especial, delibera sobre alterações na LOM e no Regimento, assuntos relevantes ao município, que não sejam responsivos as Comissões Permanentes e que demandem um posicionamento da Câmara; (b) Parlamentar de Inquérito, influi sobre eventuais denúncias investigativas para elucidar determinados casos; (c) Processante, serve para mover atos contra a Mesa Diretora da CMC em virtude à infrações que venham a ser cometidas; (d) de Representação, organiza a representação da Câmara em compromissos externos.

Ambos os tipos de comissão, permanente e temporária, tem como função avaliar e julgar, e legislar favoravelmente ou não as proposições que englobem temas referentes ao eixo norteador.

Na produção legislativa da CMC encontram-se cinco espécies de proposição, que são conduzidas pelos Vereadores, Comissões ou Mesa Diretora, referidas a processos determinados e próprios.

#### Quadro 2- Espécies de proposições da CMC

##### I- Projetos de:

- a) emenda à Lei Orgânica;
- b) lei complementar;
- c) lei ordinária;
- d) decreto legislativo;
- e) resolução.

---

##### II- Indicações

##### III- Requerimentos

##### IV- Emendas

##### V- Recursos das decisões do Presidente.

---

Fonte: Elaborada pelo autor. Baseado no Regimento Interno da CMC.

Iniciando o descritivo das subespécies de (I)- Projeto de, é sancionado que (a) emenda à Lei Orgânica se refere a mudanças, adicionais ou revogação, a LOM. Os projetos de lei (b) complementar e (c) ordinária, constituem a produção legislativa intrínseca ao bem-estar social do município, se diferenciam pela forma de aprovação nas votações e o conteúdo das matérias. A (b) complementar é de aprovação pendente a maioria absoluta do quórum (2/3 dos vereadores) e de teor explicativo a uma lei vigente; a (c) ordinária é de maioria simples e de matérias residuais, aquelas

que não são contempladas nas leis complementares, decretos legislativos ou emendas. O (d) decreto legislativo, por sua vez, caracteriza-se por ser um ato privativo da Câmara (sem ser necessária sanção pelo Executivo) e com validade externa, como honorarias e homenagens aos cidadãos, e perda de mandato do Prefeito (em situações de improbidade administrativa), por exemplo. Similar aos projetos de decreto legislativo, projetos de (e) resolução são de competência exclusiva da Câmara, mas licitude apenas interna, podendo ser de cunho processual, legislativo ou administrativo, é o ato que determina perda de mandato, fiscalização ou controle de assuntos financeiros e administrativos da CMC, e.g.

A próxima espécie de proposição são as (II)- Indicações, elas tratam sobre sugestões que cabem ao Poder Executivo ou questões que devem ser averiguadas pelas comissões. Já os (III)- Requerimentos, atuam como veículo de solicitação e pedido, para órgãos públicos e instituições prestadoras de serviço, a fim de satisfazer uma demanda própria. Neste caso a diferença entre as duas proposições é que os requerimentos precisam de maioria simples para aprovação e possui direito de resposta da entidade a qual foi requerido, muito utilizado para pedir questões de infraestrutura nos municípios, como limpezas de terrenos, implementação de pavimento asfáltico e de lombadas, entre outros.

Em (IV)- Emendas, existem quatro tipos: supressiva, que anula a emenda determinada; substitutiva, que altera uma parte ou todo, no segundo caso passa a se chamar de substitutivo geral; aditiva, que acrescenta subemendas a ordem em vigor; e modificativa, que transforma o descritivo, sem mudar o sentido principal. O papel das emendas é caracterizado por transverter um projeto na forma ou conteúdo.

Por último, (V)- Recursos das decisões do Presidente, como próprio nome já diz, é a proposição que garante o direito de o plenário recorrer as decisões do Presidente da Mesa.

A presente pesquisa tem foco em uma proposição: requerimentos. Devido o conteúdo mais estritamente ligado ao direcionamento de ementas parlamentares. Mas como funciona a tramitação destas proposições na CMC?

A CCJ é a primeira comissão que avalia a proposição, em razão de ser a única que possui direito a veto. E, também, ela que determina quais comissões farão debate sobre o projeto, seguindo ou não o parecer sugestivo do PROJURIS. Caso seja aprovada pela maioria, passa para a próxima comissão que foi determinada. Se for aprovado, ele é encaminhado para pauta, onde ocorre a leitura e votação em plenária.

Os autores das proposições têm direito de pedir vistas para melhoria ou reformulação do projeto e os membros das comissões também podem solicitar realização de parecer próprio, o que dificulta a determinação de um prazo médio de toda a tramitação processual, desde a homologação até a leitura no plenário.

## 5.2. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CURITIBA E A 17ª LEGISLATURA

A eleição da 17ª Legislatura da CMC, o município possuía 1.289.217 de votantes aptos e obteve-se 839.117 votos válidos nas 10 ZE (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 145ª, 174ª, 175ª, 176ª, 177ª e 178ª Zona Eleitoral), o que gerou um quociente eleitoral de 22.082 votos entre as 38 cadeiras. A disputada ocorreu com 1.132 candidatos, quase o dobro de nomes do que em 2012<sup>17</sup>. A taxa de renovação dos candidatos chegou a 39%, com 15 vereadores assumindo o primeiro mandato<sup>18</sup>. No total, 19 partidos tiveram acesso na CMC. O PDT, partido com o maior número de eleitos, ficou com cinco cadeiras, seguido do PSD com quatro e PSB, PSC e PSDB com três cada um. A coligação PDT/PRB ficou com seis cadeiras e a coligação PMN/PSB/DEM teve cinco eleitos. A próxima subseção, mostrará as zonas eleitorais e sucintamente o perfil do vereador(a) mais votado de cada uma delas.

### 5.2.1. O(A) candidato(a) mais votado por zona eleitoral

A concentração de votos é discutida na literatura como uma das variáveis explicativas responsáveis por elucidar a forma de atuação dos parlamentares após eleitos. Segundo Ames (2003), a destinação de recursos de forma concentrada aos

---

<sup>17</sup> Em 2012 teve-se 650 candidatos.

<sup>18</sup> “Entre os “novatos”, Zezinho do Sabará [PDT] foi o mais votado (8.473), seguido por Osias Moraes (8.239), do PRB. Fecham a lista dos 15 novos vereadores Fabiane Rosa (PSDC), Goura (PDT), Professor Euler (PSD), Thiago Ferro (PSDB), Marcos Vieira (PDT), Doutor Wolmir (PSC), Maria Manfron (PP), Katia dos Animais de Rua (SD), Mauro Bobato (PTN), Professor Silberto (PMDB), Oscarino do Povo (PTN), Doutora Maria Leticia Fagundes (PV) e Ezequias Barros (PRP). Foram reeleitos Serginho do Posto (PSDB), o mais votado (11.272), seguido de Beto Moraes (PSDB) e Jairo Marcelino (PSD). Completam a lista: Pier Petruzzello (PTB), Mauro Ignácio (PSB), Felipe Braga Côrtes (PSD), Helio Wirbiski (PPS), Tito Zeglin (PDT), Dona Lourdes (PSB), Mestre Pop (PSC), Julieta Reis (DEM), Toninho da Farmácia (PDT), Colpani (PSB), Sabino Picolo (DEM), Cristiano Santos (PV), Tico Kuzma (Pros), Paulo Rink (PR), Geovane Fernandes (PTB), Professora Josete (PT), Cacá Pereira (PSDC), Noemia Rocha (PMDB), Bruno Pessuti (PSD) e Rogerio Campos (PSC).” (Foggiato e Lazaro Jr., Com 15 novatos, renovação na Câmara de Curitiba chega a 39%. **Notícias do Legislativo**, Câmara Municipal de Curitiba, Curitiba, 02. Out. 2016. Disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=26952#&panel1-1](https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=26952#&panel1-1). Acessado em: 14/02/2020).

eleitores visaria benefícios e ganhos individuais (caracterizado como *pork barrel*, políticas distributivas que buscam resultados eleitorais). Desta maneira, candidatos (as) mais votados por zona eleitoral, possibilita verificar se sucesso eleitoral em condições iguais de disputa, gera diferença de responsividade entre os vereadores que possuem melhor votação por ZE, em relação aos outros eleitos.

A divisão dos bairros de Curitiba entre as zonas eleitorais ocorre de acordo com a Resolução nº 23.422/2014 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em um cálculo básico entre habitantes/km<sup>2</sup> e limitações geográficas. No caso da capital paranaense, existem 10 zonas eleitorais (ZE) divididas em 76 grandes bairros. Destas ZE, sete vereadores foram mais votados, são eles: Jairo Marcelino (PSD), Serginho do Posto (PSDB), Dona Lurdes (PSB), Beto Moraes (PSDB), Zezinho do Sabará (PDT), Oscalino do Povo (PTN) e Mauro Inácio (PSB).

Na 1ª e na 2ª ZE de Curitiba, o vereador com maior número de votos foi Jairo Marcelino (PSD). Ex-comerciante e motorista profissional<sup>19</sup>, exerce pela 9ª vez consecutiva o mandato de vereador, sendo eleito pela primeira vez nas eleições de 1982 e reeleito em todas as eleições subsequentes. É o mais longo vereador em exercício do mandato de forma ininterrupta na Câmara Municipal de Curitiba.

Foi 2º Secretário da Comissão Executiva<sup>20</sup> da CMC no biênio 1995/1996 sob a presidência do vereador Íris Simões, 2º Vice-Presidente no biênio 1999/2000 sob a presidência do vereador João Cláudio Derosso, 3º Secretário nos biênios 2001/2002, 2005/2006 e 2011/2012 sob a presidência do vereador João Cláudio Derosso, e em 2012 sob a presidência do vereador João do Suco. Também foi 4º Secretário no biênio 2013 e 2014 sob a presidência do vereador Paulo Salamuni.<sup>21</sup> Em 2016 fez 8.865 votos para vereador, ocupando a 3ª colocação entre os candidatos mais votados, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Desempenho Eleitoral de Jairo Marcelino (1982-2016)

ANO	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
<b>PARTIDO</b>	PDS	PL	PDT	PDT	PSB	PDT	PDT	PSD	PSD

<sup>19</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=14](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=14). Acessado em: 14. Fev. 2020.

<sup>20</sup> Nome dado à Mesa Executiva até o ano de 2000.

<sup>21</sup> Histórico da composição da Mesa da Câmara Municipal de Curitiba: Martins, Walkíria B., revisto 2017, **Levantamento das Legislaturas e Vereadores**. Disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA\\_MEMORIA/vereadores\\_de\\_curitiba.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf). Acessado em: 14. Fev. 2020.)

<b>VOTOS</b>	4.042	3.866	6.617	10.733	9.512	11.405	10.683	9.592	8.865
<b>POSIÇÃO</b>	28º	14º	3º	4º	16º	8º	8º	8º	3º

Fonte: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR.

Foi o vereador mais votado na 1ª ZE, que compreende os seguintes bairros: Abranches, Ahú, Alto da Glória, Barreirinha, Boa Vista, Bom Retiro, Cachoeira, Centro Cívico, Pilarzinho, São Francisco, São Lourenço, Taboão, Vista Alegre. Jairo Marcelino fez 4.173 votos num universo de 81.946 votos válidos, obtendo assim 5,12% dos votos válidos desta zona eleitoral, e representam 47,07% dos 8.865 votos obtidos pelo candidato nas eleições de 2016.

Foi também o vereador mais votado na 2ª ZE, zona que contempla os bairros: Alto da Rua XV, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Cabral, Hugo Lange, Jardim Social, Juvevê, Santa Cândida, Tingui, com um total de 130.556 eleitores aptos para aquele pleito, tendo registrado 20.694 (15,86%) abstenções e o comparecimento de 109.862 (84,14%) eleitores, dos quais 91.081 (82,90%) registraram votos válidos e outros 18.781 (17,10%) registraram votos brancos e nulos. Jairo Marcelino fez 1.475, obtendo assim 1,63% dos votos válidos desta zona eleitoral, que representam 16,63% dos 8.865 votos obtidos pelo candidato.

O segundo caso é o vereador Sérgio Renato Bueno Balaguer, conhecido como Serginho do Posto (PSDB)<sup>22</sup>. Graduado em tecnologia do empreendedorismo, sendo um dos fundadores da Associação Comercial do Cajuru (AECAJ) e tendo ocupado a cadeira de vice-presidente, quando ainda exercia o cargo de gerente comercial de um posto de gasolina ali da região. Disputou a primeira eleição para o cargo de vereador em 2004, sendo eleito naquele ano e reeleito em todas as eleições subsequentes.

Foi 2º Secretário da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba no biênio 2013/2014 sob a presidência do vereador Paulo Salamuni, e 3º Secretário no biênio 2015/2016 sob a presidência do vereador Aílton Araújo. No biênio 2017/2018 foi eleito presidente da Mesa Executiva. Em 2016 fez 11.272 votos e foi o vereador mais votado:

Tabela 2 - Desempenho Eleitoral de Serginho do Posto (2004-2016)

ANO	2004	2008	2012	2016
<b>PARTIDO</b>	PPS	PSDB	PSDB	PSDB
<b>VOTOS</b>	6.500	12.661	12.303	11.272

<sup>22</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=34](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=34) Acessado em: 14. Fev. 2020.

**POSIÇÃO** | 33º      3º      4º      1º  
 Fonte: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR.

Mais votado na 3ª ZE, responsável pelos bairros: Cajuru, Capão da Imbuia, Cristo Rei, Jardim Botânico, Jardim das Américas, Tarumã, Uberaba, com um total de 168.896 eleitores, compareceu 141.067 (83,53%) eleitores, dos quais 115.878 (82,14%) registraram votos válidos e outros 25.189 (17,86%) registraram votos brancos e nulos. Serginho do Posto fez 8.831 votos num universo de 115.878 votos válidos, e representam 78,35% dos votos obtidos pelo candidato.

Popularmente conhecida como Dona Lourdes (PSB)<sup>23</sup>, Maria de Lourdes Bezerra de Souza, destacou-se pelo trabalho social realizado há mais de 35 anos na região do bairro Santa Quitéria, em Curitiba/PR. Exerce a vereança desde 2005, reeleita em todas as eleições subsequentes. Foi 4ª Secretária da Mesa Executiva da Câmara Municipal no biênio 2015/2016 sob a presidência do vereador Aílton Araújo.

Nas eleições municipais de 2016 foi a pessoa mais velha a ser eleita a vereador no Brasil, aos 88 anos. Hoje, aos 92 anos, continua a ser a pessoa mais velha em exercício de cargo eletivo no país<sup>24</sup>. Em 2016, teve a 15ª colocação entre os candidatos mais votados da cidade, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3 - Desempenho Eleitoral de Dona Lourdes (2004-2016)

ANO	2004	2008	2012	2016
<b>PARTIDO</b>	PSB	PSB	PSB	PSB
<b>VOTOS</b>	6.438	9.302	9.924	7.142
<b>POSIÇÃO</b>	34º	14º	7º	15º

Fonte: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR

Foi a vereadora mais votada na 4ª ZE, composta pelos bairros: Augusta, Campo Comprido, Cidade Industrial de Curitiba, Portão, Riviera, Santa Quitéria, Vila Izabel. Dona Lourdes fez 3.258 votos num universo de 89.744 votos válidos, e representam 45,62% dos 7.142 votos obtidos pela candidata.

Na 145ª e na 174ª ZE, na região sul de Curitiba que atende os bairros: Pinheirinho, Sítio Cercado, Umbará, Xaxim, e respectivamente Alto Boqueirão,

<sup>23</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=8](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=8) Acessado em: 14. Fev. 2020.

<sup>24</sup> Reportagem disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/dona-lourdes-a-pessoa-mais-velha-eleita-vereador-no-brasil>

Boqueirão, Ganchinho, Guabirota, Hauer, o vereador mais votado foi Beto Moraes (PSDB)<sup>25</sup>. Seu reconhecimento veio através do meio político, mais precisamente pelo trabalho prestado como assessor parlamentar do ex-vereador e deputado estadual Mauro Moraes. Reeleito desde 2004, na atual legislatura foi o segundo mais votado entre os vereadores eleitos:

Tabela 4 - Desempenho Eleitoral de Beto Moraes (2004-2016)

ANO	2004	2008	2012	2016
<b>PARTIDO</b>	PL	PSDB	PSDB	PSDB
<b>VOTOS</b>	7.801	10.382	9.326	10.097
<b>POSIÇÃO</b>	27º	9º	8º	2º

Fonte: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR

Na maior zona eleitoral de Curitiba, com um total de 176.821 eleitores aptos, Beto Moraes fez 5.726 votos na 145ª ZE cerca de 56,7% dos 10.097 votos obtidos pelo candidato nas eleições de 2016. Na 174ª ZE, o vereador obteve 20,5% dos seus votos, com total de 2.070 votos nominais.

José Carlos Ortiz Lins, conhecido como Zezinho do Sabará (PDT)<sup>26</sup>, é residente do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde constituiu sua base política. Agricultor, metalúrgico e comerciante, foi também dirigente de igreja e presidente da associação de moradores de seu bairro, além de ser conhecido também pelo seu trabalho nas rádios Paraná e Curitiba FM.

Participou das eleições a primeira em 2008, obtendo a primeira suplência e chegou a exercer o mandato parlamentar no segundo biênio (2011/2012). Nas eleições de 2012 obteve novamente a 1ª suplência, mas não chegou a assumir o cargo. Nas 17ª Legislatura fez 8.473 votos para vereador, ocupando a 4ª colocação entre os candidatos mais votados no pleito:

Tabela 5 - Desempenho Eleitoral de Zezinho do Sabará (2008-2016)

ANO	2008	2012	2016
<b>PARTIDO</b>	PSB	PSB	PDT
<b>VOTOS</b>	6.404	6.624	8.473
<b>POSIÇÃO</b>	9º	8º	4º

FRONTE: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR.

<sup>25</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=5](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=5). Acessado em: 14. Fev. 2020.

<sup>26</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=3492](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=3492) Acessado em: 14. Fev. 2020.

Obteve 76,87% dos seus votos na 175ª ZE que é composta pelos bairros: Campo de Santana, Capão Raso, Caximba, Cidade Industrial de Curitiba (CIC Sul), São Miguel, Tatuquara.

Oscalino de Melo, que atende pelo nome de urna Oscalino do Povo (PTN)<sup>27</sup>, é funcionário público estadual aposentado, tendo trabalhado 28 anos na Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Residente no bairro Fanny, desenvolveu significativo trabalho social comunitário ao longo dos últimos anos, bem como participou de diversas associações, a exemplo da Associação de Aposentados da Copel (APFC) e do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG). Logo que se aposentou, disputou sua primeira eleição pleiteando o cargo de vereador, no ano de 2000. Fez 1.591 votos pela legenda do PTB, mas não obteve sucesso. Em 2004 fez 2.470 votos pela legenda do PL, em 2008 e 2012 fez 2.676 e 2.758 votos respectivamente pela legenda do PPS, sem obter sucesso em nenhuma das disputas. Foi eleito a primeira vez em 2016 com 3.427 votos no total:

Tabela 6 – Desempenho Eleitoral de Oscalino do Povo (2000-2016)

<b>ANO</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2016</b>
<b>PARTIDO</b>	PTB	PL	PPS	PPS	PTN
<b>VOTOS</b>	1.591	2.470	2.676	2.758	3.427
<b>POSIÇÃO</b>	89º	86º	77º	86º	59º

FONTE: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR.

Na 176ª ZE que comporta os bairros: Fanny, Fazendinha, Guaíra, Lindóia, Novo Mundo, Parolin, Prado Velho, foi o vereador que atingiu mais votos. Nesta região ele atingiu 71,05% dos seus votos totais.

Mauro Ignácio (PSB)<sup>28</sup> é funcionário público estadual lotado na Secretaria de Estado da Educação desde 1982, graduado em administração de empresas e pós-graduado em tecnologia da informação e administração pública. Ocupou a 2ª secretaria da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba no biênio 2017/2018 sob a presidência do vereador Serginho do Posto.

Sua primeira disputa ao cargo de vereador ocorreu nas eleições de 2000, onde obteve apenas 841 votos na legenda do PPB. Nas eleições de 2004 e 2008

<sup>27</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=7927](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=7927) Acessado em: 14. Fev. 2020.

<sup>28</sup> Dados do perfil disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/ver\\_det.php?ver=4872](https://www.cmc.pr.gov.br/ver_det.php?ver=4872) Acessado em: 14. Fev. 2020.

obteve 4.987 e 7.041 votos respectivamente na legenda do PDT, obtendo a suplência de vereador, mas sem ter chegado a exercer o cargo. Nas eleições de 2016 disputou novamente ao cargo de vereador, desta vez obtendo 7.721 votos na legenda do PSB:

Tabela 7 - Desempenho Eleitoral de Mauro Ignácio (2000-2016)

ANO	2000	2004	2008	2012	2016
<b>PARTIDO</b>	PPB	PDT	PDT	PSB	PSB
<b>VOTOS</b>	841	4.987	7.041	6.843	7.721
<b>POSIÇÃO</b>	157 <sup>o</sup>	45 <sup>o</sup>	22 <sup>o</sup>	21 <sup>o</sup>	8 <sup>o</sup>

FONTE: Elaborada pelo autor. Com base em dados extraídos do TRE-PR.

Foi o vereador mais votado na 177<sup>a</sup> ZE, responsável pelos bairros: Água Verde, Batel, Bigorriho, Campina do Siqueira, Mossunguê, Orleans, Rebouças, Santo Inácio, São Braz, Seminário, e na 178<sup>a</sup> ZE, dos bairros: Butiatuvinha, Cascatinha, Centro, Lamenha Pequena, Mercês, Santa Felicidade, São João. A primeira representou representam 39,66% dos votos totais do candidato e a segunda representam 39,03% dos 7.721 votos obtidos.

Ao analisar o(a) candidato(a) que obteve o melhor resultado em cada zona eleitoral, é delimitado o melhor desempenho em determinada região dentro do município, visto que cada zona é um aglomerado de bairros e a magnitude de eleitores varia. Com isso, possibilita verificar se existe diferença de responsividade, através dos requerimentos, entre os vereadores que possuem melhor votação por ZE, em relação aos outros eleitos.

Em estudos realizados sobre a reeleição, Cox e Kantz (1996) demonstram como a relação entre incumbentes e desafiantes, com duas medidas: votos e probabilidade de vitória. A análise proposta para CMC, destaca a primeira medida, em termos de votos, em que existe a variação enquanto desafiante e outra quando mandatário. Ao considerar a análise do perfil dos vereadores mais votados é possível destacar que todos possuíam experiência prévia em pleitos eleitorais, mesmo que seja a primeira eleição direta, como o caso do Oscalino do Povo e do Zezinho do Sabará. Os dados apresentam uma média de quatro eleições disputadas entre o melhor desempenho em cada zona eleitoral. O que destaca a principal condição para que ocorra a conexão eleitoral, a ambição em se reeleger ou ascender a classe política (CARSON; JENKINS, 2011).

E após esta identificação, abre debate para as questões do trabalho: estes vereadores legislam em favor e são responsivos com suas zonas eleitorais logo após as eleições? Ou agem de maneira dispersa, mesmo sendo os mais votados de cada zona eleitoral? E ao comparar com os outros vereadores, como é a produção legislativa dos primeiros lugares? Para explicar a produção legislativa no nível do poder local, primeiro é preciso mostrar os apontamentos utilizados para a compreensão da variável.

### 5.3.A PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA CMC

No caso nacional, Ricci (2003) resgata alguns trabalhos, como os de Figueiredo e Limongi (1999; 2002) e de Lemos (2001), no sentido de apresentar uma tendência dos estudos a respeito da conexão eleitoral, de que a produção legislativa do Congresso brasileiro não se resume a assuntos paroquiais. Nesse sentido, o autor afirma que a análise conceitual necessitaria explicar o comportamento legislativo, no sentido de verificar quais tipos de leis são produzidas.

Os objetivos centrais do artigo, portanto, giram em torno dos “efeitos que cada arena produz sobre o conteúdo das normas” (p. 701). Especificamente, o autor busca: reconstruir as interpretações que afirmam ser o sistema eleitoral o incentivador das condutas legislativas dos congressistas; apresentar evidências empíricas sobre tais interpretações; e evidenciar que os fatores institucionais internos às Casas do Congresso Nacional são importantes para a compreensão dos *outputs* legislativos.

Ricci (2003) formula três hipóteses a respeito do comportamento dos legisladores brasileiros. A primeira diz respeito à preferência dos políticos em satisfazerem interesses de suas localidades, devido aos incentivos do próprio sistema eleitoral, como a lista aberta, a descentralização política e a possibilidade de se realizar “campanhas personalizadas”. Em contrapartida, a segunda hipótese sugere que embora os interesses paroquialistas sejam relevantes para a análise do comportamento é a magnitude do distrito o fator determinante para tal explicação. E a terceira hipótese supõe que o comportamento, e conseqüentemente o desempenho legislativo, dos senadores e deputados é diferente, devido às particularidades de cada sistema eleitoral e de seus incentivos.

Além das hipóteses, o autor também passa à análise do conteúdo dos projetos de leis elaborados, buscando classificá-los, diferenciando as leis de caráter distributivo entre si e entre estas e as leis de caráter geral. Para tal, adota três critérios

classificatórios: “generalidade, efeitos e impacto territorial” (p.706). No que tange ao caráter distributivo da lei, Ricci (2003) afirma que, para alcançar tal designação, os benefícios devem prevalecer sobre os custos, e os impactos territoriais, nacionais ou locais, permitirão verificar a existência ou não de práticas paroquialistas.

Partindo de dados estatísticos, quais sejam, os projetos de leis, sancionados e vetados, do Congresso Nacional, de 1991 a 2001, o autor testa as hipóteses já mencionadas, chegando à conclusão de que a primeira hipótese, concernente à tese da conexão eleitoral, deve ser revista, visto que “há uma concentração de leis gerais/secionais tanto entre as leis sancionadas como entre os projetos rejeitados e os vetados” (p.708). Assim, ao passo em que os dados fornecidos desmentem a primeira hipótese, Ricci (2003) demonstra que eles afirmam os argumentos da segunda, tendo em vista que “o tipo distributivo de amplo impacto sempre supera os paroquiais. Isso significa que os *outputs* legislativos, além de disporem sobre a comunidade nacional, tendem a beneficiar grupos espalhados sobre o território brasileiro” (idem).

Concomitantemente, essa hipótese evidencia o modo de funcionamento dos incentivos eleitorais no Brasil. De acordo com o autor, a lógica da relação entre o eleitor e o candidato em um distrito deve levar em conta “os maiores estímulos para o envolvimento direto em políticas distributivas de impacto amplo” (p.709). Em contrapartida, embora a hipótese tenha se confirmado, ela afirmava também que em distritos com magnitude (M) baixa a probabilidade de se encontrar políticas paroquialistas era maior. Contudo, os dados apresentados pelo autor não confirmam a afirmação. Então, Ricci (2003) argumenta que há a possibilidade de tal fato não se verificar devido aos custos de competição na arena eleitoral, decorrentes da presença de vários concorrentes no mesmo distrito.

Com relação à terceira hipótese, tem-se a afirmação do autor de que as estatísticas parecem apontar para sua confirmação, dado que os deputados aparecem enquanto figuras mais ativas na produção de leis distributivas do que os senadores. No entanto, faz-se necessário atentar para a pequena quantidade de projetos considerados (apenas 64), conforme define o autor.

As evidências apresentadas pelo autor, portanto, apontam para um legislador mais preocupado com questões gerais e de impacto nacional do que ações paroquiais. Decorrem daí duas dúvidas, referentes, primeiro, ao motivo da dominância da categoria geral sobre as demais, e segundo, ao entendimento do porquê de alguns

projetos do tipo distributivo serem sancionados, outros rejeitados e alguns, vetados. Buscando respondê-las, Ricci (2003) propõe-se a demonstrar que um processo decisório intrinsicamente custoso tende a ser visto como um desestímulo às ações meramente distributivas.

Ademais, o fator tempo também atua como um desestímulo à prática paroquialista, visto que o processo de tramitação dos projetos é longo e a maioria deles são apresentados e votados em legislaturas diferentes. Ainda nesse sentido, corrobora o achado de Amorim Neto e Santos (2002) ao afirmar que as instituições (Câmara dos deputados e Senado) tendem a favorecer os parlamentares mais experientes, visto que há uma concentração de projetos sancionados propostos por políticos com mais de dois mandatos.

Ricci (2003) conclui, por fim, que é falacioso avaliar a qualidade da produção legislativa do Congresso tomando como base fins meramente paroquiais. Os dados apresentados apontam, inclusive, no sentido oposto, de que o Congresso está mais preocupado em criar leis de caráter geral e seccional. Contrapondo-se aos argumentos da tese da conexão eleitoral (*pork barrel*), o autor afirma que a lógica eleitoral do sistema proporcional, aliada aos altos custos de investimentos, condicionam os deputados à uma ação legislativa mais ampla, voltada para grupos nacionais, difusos. Além disso, de acordo com o autor, o estilo de trabalho legislativo imposto pela organização interna das Casas, bem como a morosidade na tramitação dos projetos, desestimulam a “orientação particularista” e paroquialista dos deputados, fazendo-os dedicarem-se mais ao atendimento de demandas gerais.

Fiorina (1979), destacou dois fatores entre o sucesso dos reeleitos: capacidade de atuação nas instituições e de levar as solicitações da sociedade ao governo com perícia na solução destas demandas. O mesmo denotado em Simões (2018) visto que a autora acredita que o uso de indicações no legislativo estadual, seria estratégia utilizada pelos deputados, para demonstrar aptidão no atendimento de demandas dos eleitores. Os estudos sobre poder municipal encontram resultados conflituosos acerca da produção legislativa. Como ressalvado nos aspectos empíricos citados como exemplos nos estudos locais, o método de análise e a espécie de produção analisada influência nos resultados obtidos. Como a centralidade da hipótese sobre produção legislativa é argumentada com o prelúdio da conexão eleitoral, em forma de responsividade dos legisladores no início de mandato, a proposta metodológica visou classificar o bairro e a zona eleitoral dos requerimentos apresentados.

Obteve-se 18.015 requerimentos efetuados pelos 38 vereadores no primeiro ano de mandato. Uma média de 474 por vereador. Desta produção, 4066 foram destinadas a 175ª Zona Eleitoral, que atende os bairros da região sul de Curitiba: Tatuquara, Campo de Santana, CIC Sul<sup>29</sup> e Caximba. O vereador Rogério Campos (PSC), teve a destinação de ementas mais concentradas e efetuou 1648 proposições para a região, zona a qual foi mais votado, sendo aproximadamente 75% de sua produção<sup>30</sup>. A segunda zona eleitoral com mais requerimentos foi a 145ª ZE com 2909, e a terceira foi a 174ª ZE com 2044. Como observado no Chile, esse comportamento compactua com a relação de quanto menor grau de urbanização, caso da 175ª ZE (Campo de Santana<sup>31</sup>, por exemplo), mais o congressista toma posição para solução de problemas. (GAMBOA e TORO, 2018). A representatividade do vereador em relação ao seu distrito, mesmo que não sejam realizados a execução dos requerimentos, gera a lógica de conexão eleitoral.

Outros casos chamam a atenção pelo alto número: vereador Geovane Fernandes (PTB) protocolou 2337 requerimentos, o maior índice no ano (uma média de 9 requerimentos por dias úteis). Destas proposições, sua maioria foram para a 174ª Zona Eleitoral que contempla os bairros Boqueirão, Alto Boqueirão, Guabirota e Hauer; o vereador Mauro Inácio (PSB) protocolou 1204 requerimentos, para três zonas principalmente: 4ª, 177ª e 178ª; e vereador Mestre Pop teve produção concentrada para a região da 175ª Zona Eleitoral, com 856 destinadas de 1132 proposições. Os requerimentos não efetuam nenhum benefício direto ao eleitorado, porém, agregam na relação entre o parlamentar e sua base eleitoral.

Os exemplos citados foram dos vereadores com maior produção no primeiro ano do mandato, acima de 1000 requerimentos protocolados. Dentre eles, o único com produção dispersa foi vereador Mauro Inácio, mais votados na 177ª e 178ª ZE, e junto com 4ª ZE, teve uma média 293 requerimentos entre zonas eleitorais. Os menores índices de produção, menos de 100 requerimentos, ficaram por conta de três legisladores(a): Professora Josete (PT), 60; Osias Moraes (PRB), 66; e Thiago Ferro (PSDB), 93.

---

<sup>29</sup> Toda região do CIC ao sul do bairro Fazendinha.

<sup>30</sup> O vereador Rogério Campos teve 2190 requerimentos protocolados.

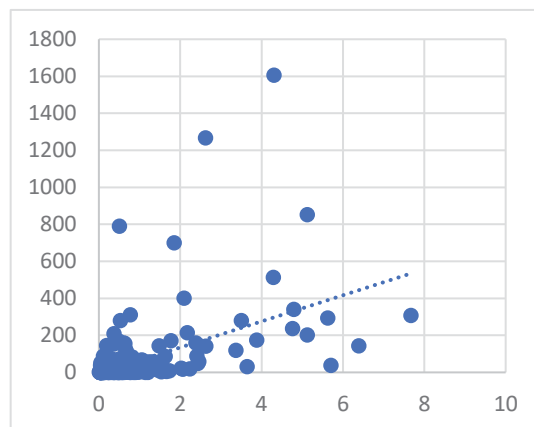
<sup>31</sup> Área Verde: 255,27 m<sup>2</sup> por habitante (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Nosso Bairro: Campo do Santana/ Lucimara Wons, Coord. \_ Curitiba: IPPUC, 2015.)

Entre o mais votado em cada zona eleitoral, Dona Lurdes (PSB) fez 108 requerimentos, 34 deles para 4ª ZE; Zezinho do Sabará (PDT) protocolou 140 de 173 em benefício da 175ª ZE; Oscalino do Povo (PTN), produziu 299 com 163 destinadas a 176ª ZE; Jairo Marcelino (PSD) propôs 195 de 355 para 1ªZE; Serginho do Posto, eleito pela 3ª ZE, teve 420 requerimentos e destinou 298 para região; e por fim, Beto Moraes, destinou 341 para 145ª ZE e 142 para a 174ª ZE dos 846 requerimentos em 2017.

Ao levantar estes dados, é cabível uma dedução lógica sobre o favorecimento das zonas eleitorais. Porém, afim de analisar empiricamente e corroborar com o objetivo principal desta pesquisa, que é investigar a capacidade de resposta dos vereadores no início de legislatura, ao destacar a sua produção legislativa e cruzar com porcentagem de votos que receberam nas zonas eleitorais, será utilizado um cálculo de correlação linear simples em dois grupos distintos: (a) todos os vereadores e (b) aqueles que tiveram o maior número de votos em cada zona eleitoral. Segundo Cervi (2009), os resultados destacaram que a votação regional dos candidatos é um dos fatores significativos para a reeleição. E no caso dos deputados do Paraná, foi visível que há uma relação direta entre o tipo de produção parlamentar individual e o comportamento do eleitor.

Análise converte se existe correlação entre a produção legislativa destinada a zona eleitoral e a porcentagem de voto obtida naquela zona. O primeiro caso verificado atende todo o universo proposto, dos 38 vereadores e dos 18.015 requerimentos nas dez zonas eleitorais, os resultados determinaram que:

Gráfico 1- Todos os vereadores, todas as ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

O gráfico demonstra que a correlação é positiva. No grupo (a) todos os vereadores, o coeficiente de correlação foi  $r = 0,73$ . Há um alto grau de correlação<sup>32</sup>. Ou seja, a primeira hipótese se confirma através desta análise, já que a relação entre os requerimentos propostos e a percentagem de votos dos vereadores, possui linearidade, quanto mais votos o vereador(a) adquiriu nas zonas eleitorais, mais ele produziu requerimentos destinados para aquela região. Como apontado em Pereira e Rennó (2001), a distribuição de benefícios em nível local pode gerar resultados mais significativos do que atuação legislativa generalizada ou pautada em conteúdo específico. O gráfico demonstra como a produção legislativa se concentra em relação ao número de requerimentos. Os dados acima da reta de tendência no eixo y, mostra os vereadores que mais protocolaram requerimentos em uma única zona eleitoral (neste caso vereador Rogério Campos- PSC para 175ª ZE), enquanto o eixo x demonstra a porcentagem de votos, quanto mais a direita, é o vereador mais votado em uma única zona eleitoral (vereador Serginho do Posto- PSDB, com 7,67% dos votos na 3ª ZE).

Este resultado, considerando o tipo de proposição, discorda do estudo realizado com projeto de leis em São Paulo-SP, que afirma não ocorrer conexão eleitoral de maneira significativa (SILVA, 2011). E também, acercam o resultado, mesmo possuindo peso insignificante como variável para a reeleição (SANTOS; RAMOS, 2016), todos os vereadores de Curitiba-PR produzem proposições direcionadas desde o início do mandato para as zonas que atingiram o maior número de votos. Dado similar ao encontrado em Fortaleza-CE, pois o tipo de vereador territorializado, estabelece conexões com suas bases eleitorais pelas indicações legislativas (FACUNDO, 2015).

No Rio de Janeiro, os autores delimitaram pelas zonas geográficas, para investigar como era a distribuição da produção legislativa, destacando a região segundo IDH, e encontraram assimetria nos resultados das proposições (D'ÁVILLA et al., 2014). Por isso, um dos pressupostos da pesquisa é que existe diferença na correlação entre produção do(a) vereador(a) com melhor desempenho em cada zona eleitoral, em relação aos outros candidatos, ao atribuir condição de igualdade na

---

<sup>32</sup> Variação do  $r = (\pm) 0,80 < r < (\pm) 1,00$ , *muito alta*;  $(\pm) 0,60 < r < (\pm) 0,80$ , *alta*;  $(\pm) 0,40 < r < (\pm) 0,60$ , *moderada*;  $(\pm) 0,20 < r < (\pm) 0,40$ , *baixa*;  $0,00 < r < (\pm) 0,20$ , *muito baixa*;  $r < (\pm) 0,20$ , *nula* (CERVI, 2019, p.155)

disputa ao focalizar a zona eleitoral. O próximo passo é investigar o que ocorre em relação ao grupo (a) todos os vereadores e ao grupo (b) vereador mais votado em cada zona eleitoral.

A 1ª ZE e a 2ª ZE tiveram como vereador mais votado o candidato Jairo Marcelino (PSD), confirmou o pressuposto de que o ocorre o mesmo nas duas zonas eleitorais. A correlação existente é alta e muito alta quando entre o grupo (b) mais votados, enquanto (a) todos os vereadores, a correlação é muito baixa ou nula.

Gráfico 2- Todos os vereadores, 1ª ZE

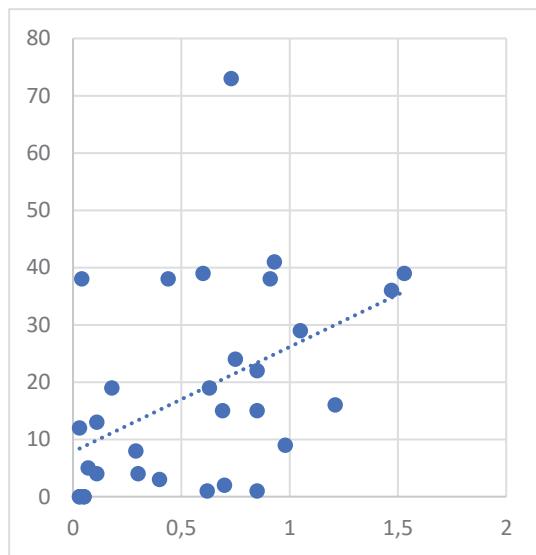
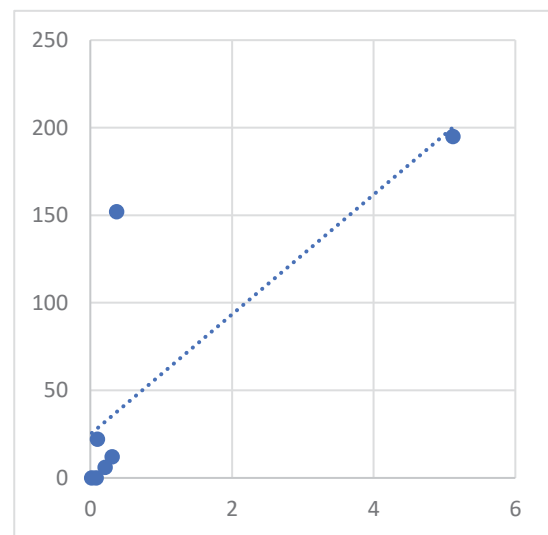


Gráfico 3- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 1ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 4- Todos os vereadores, 2ª ZE

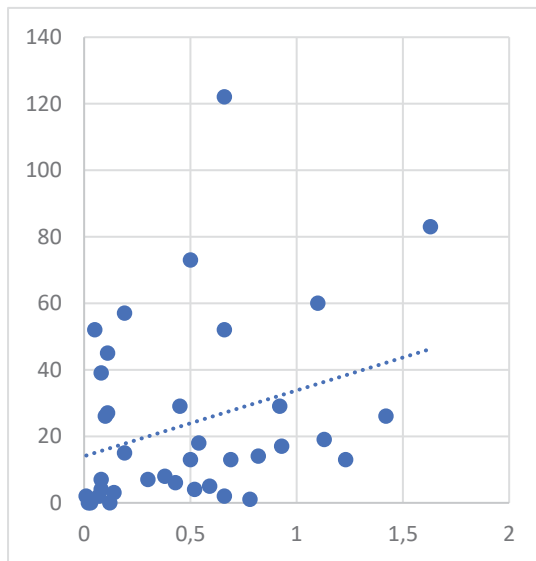
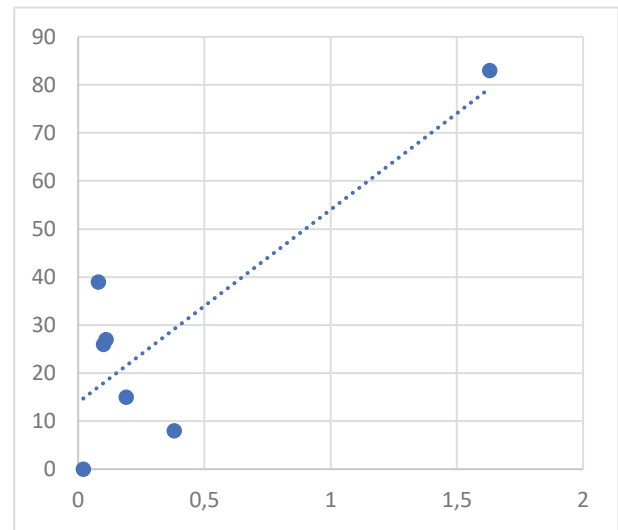


Gráfico 5- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 2ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

O gráfico de dispersão demonstra que há um grau moderado entre o grupo (a) todos vereadores, com variação de  $r=0,45$ ; enquanto o grupo (b) mais votados possui  $r=0,78$ , um alto índice, na 1ª ZE. No segundo caso, o índice de correlação manteve valores de  $r=0,18$  quase nulo entre (a) todos os vereadores, e no (b) os mais votados,  $r=0,83$ , grau de variação muito alto. Ames (2003) salientava que as características do sistema eleitoral brasileiro de lista aberta e voto proporcional, faz com que os candidatos preservem seus redutos eleitorais e busquem novos através de distribuição de recursos. A similaridades nas duas zonas eleitorais. Há um grau de dispersão em relação a (a) todos os vereadores, e no grupo (b) mais votado, a correlação entorno do candidato Jairo Marcelino (PSD) destaca a produção legislativa destinada a essas zonas feitas pelo vereador e sua percentagem de votos.

No próximo caso, o candidato Serginho do Posto (PSDB), mais votado da 3ªZE, foi também, o vereador mais votado da disputa eleitoral em 2016.

Gráfico 6- Todos os vereadores, 3ª ZE

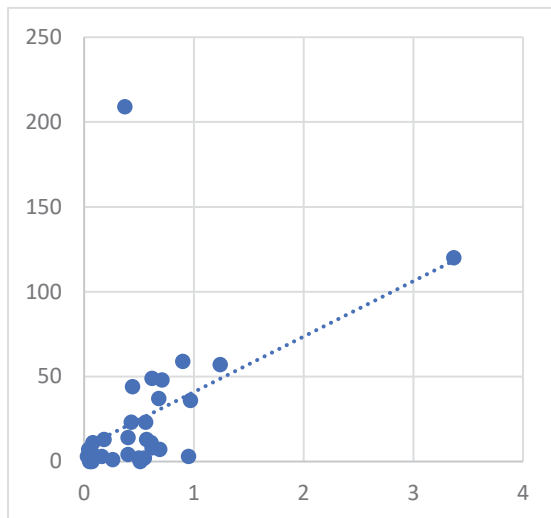
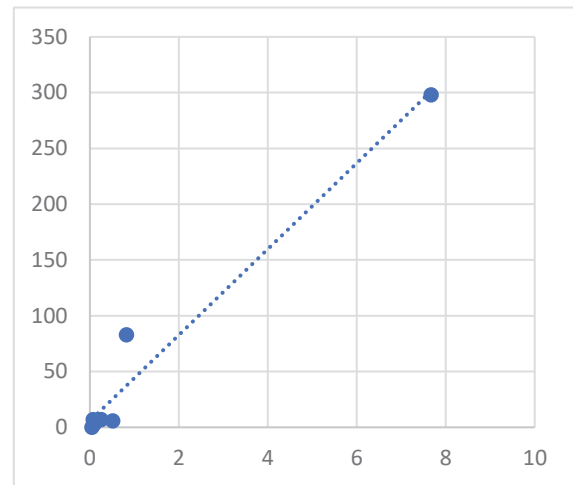


Gráfico 7- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 3ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

O índice mostra uma correlação moderada entre (a) todos vereadores  $r=0,46$ . Enquanto entre os (b) mais votados tiveram índice de  $r=0,98$ , sendo o mais alto encontrado em todas as zonas eleitorais em relação aos dois grupos. Uma das explicações, pode ser devida a percentagem de voto do candidato mais votado, pois congruentemente, foi a maior percentagem de voto entre todos os vereadores em uma única região, 7,67% dos votos da ZE. Diferente do caso anterior, na 3ª ZE existe concentração em relação a produção legislativa, com dois pontos longínquos a linha tendência que chamam atenção: o vereador Cacá Pereira (PSDC) com uma alta produção legislativa e baixa porcentagem de votos, e outro caso, vereador Hélio Wirbiski (PPS) com 3,37% de votos e terceiro maior proponente de requerimentos para a região. Do outro lado, o vereador Serginho do Posto (PSDB), tem destaque em ambos os eixos.

O único caso de correlação negativa, na pesquisa ocorreu no grupo (b) mais votados, na 4ª ZE. A vereadora mais votada, Dona Lurdes (PSB), não teve responsividade expressiva na zona eleitoral que teve melhor desempenho no primeiro ano de mandato.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Gráfico 8- Todos os vereadores, 4ª ZE

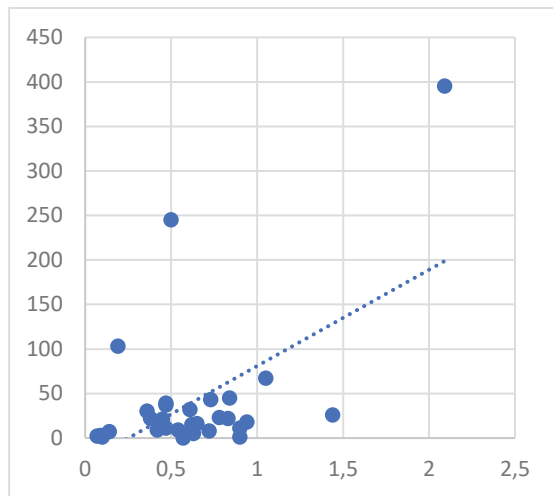
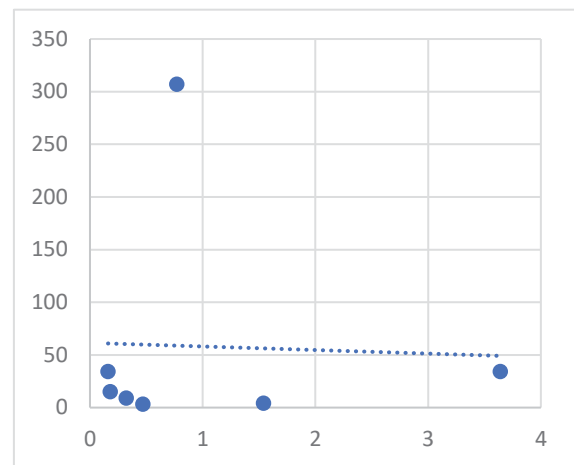


Gráfico 9- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 4ª ZE



No grupo (a) todos os vereadores, tiveram  $r=0,57$  de correlação entre os requerimentos e a percentagem de voto na 4ª ZE. No segundo caso, (b) mais votados, o índice foi nulo. No primeiro grupo, vereador Cacá Pereira (PSDC) é o caso isolado com maior produção legislativa e porcentagem de votos, e outro candidato longe da linha de tendência é o Toninho da Farmácia (PDT), com a segunda maior produção legislativa. No segundo grupo, vereador Mauro Ignácio (PSB) foi o maior proponente e terceira maior porcentagem de votos, e a correlação é nula, já que Dona Lourdes (PSB) protocolou poucos requerimentos (34) para a zona eleitoral. Em Curitiba, os dados apontam que os requerimentos não seriam a variável considerada impactante para a reeleição (SANTOS e RAMOS, 2016).

As próximas zonas eleitorais, tiveram o mesmo vereador com o melhor desempenho, vereador Beto Moraes (PSDB), foi o que mais obteve votos na 145ª e 174ª ZE. O pressuposto que ocorreu no primeiro caso, do vereador Jairo Marcelino (PSD), se confirma, porém, com ressalvas. Pois, o índice nos dois grupos é alto e muito alto, seguindo a classificação.

Gráfico 10- Todos os vereadores, 145ª ZE

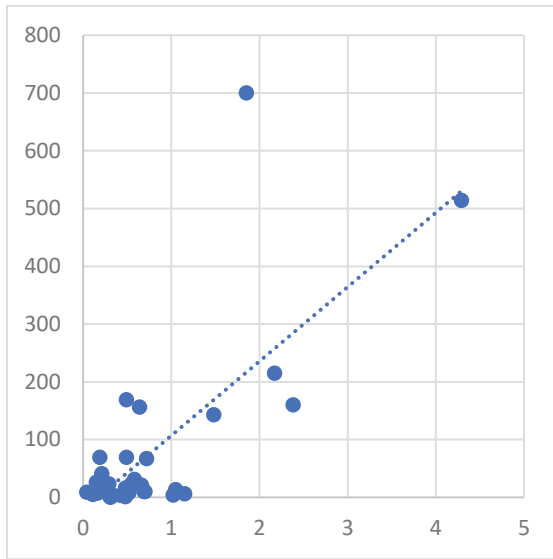


Gráfico 11- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 145ª ZE

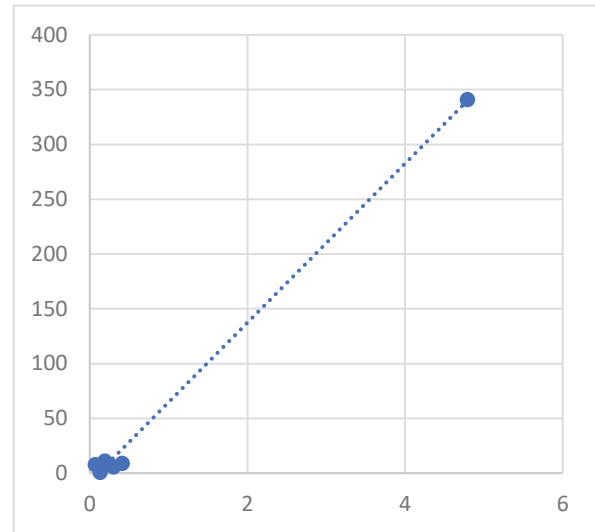


Gráfico 12- Todos os vereadores, 174ª ZE

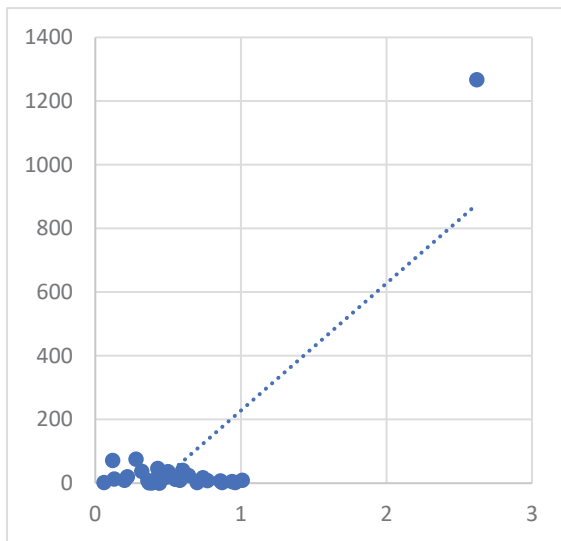
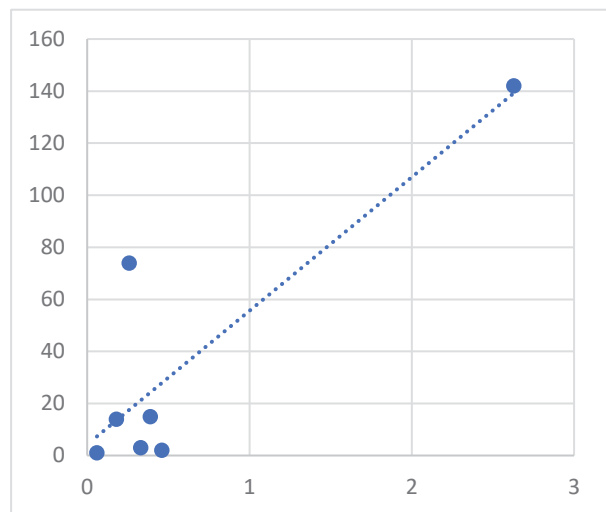


Gráfico 13- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 174ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados demonstram que a correlação entre os dados, tanto na 145ª ZE e na 174ª ZE, tiveram uma alta concentração e índice aproximadamente de  $r=0,72$  e  $r=0,81$  no grupo (a) todos os vereadores, enquanto no segundo grupo os índices alcançaram  $r=0,99$  e  $r=0,86$ . Isso significa que, em ambos os casos destas zonas eleitorais os vereadores possuem responsividade significativa. No grupo (a) todos os vereadores, destacam-se candidato Marcos Vieira (PDT) com número de requerimentos e porcentagem de votos na 145ª ZE, e a alta produção legislativa do vereador Geovane Fernandes (PTB) em ambas as zonas eleitorais. Um dos fatores

que podem ser levantados é a questão que a 145ª ZE é maior zona de Curitiba. No segundo grupo (b) mais votados, demonstra a disparidade do candidato Beto Moraes (PSDB) em relação aos outros. Como visto em Suiter e O'Malley (2014) metade dos entrevistados que fizeram reivindicação créditos sobre *pork* em distritos de alta magnitude tiveram interesses individuais atendidos frente ao Executivo.

A 175ª ZE, teve o maior votado o vereador Zezinho do Sabará (PDT). Mesmo com a correlação alta, o grupo (a) todos vereadores, teve índice maior do que o segundo grupo. Esta relação pode ser estabelecida pela responsividade de outros vereadores para com a região, ou seja, mesmo sendo o vereador mais votado, o candidato não propôs tanto quanto outro vereador com menos votos do que ele, sabendo que, a 175ª ZE, foi a que mais recebeu requerimentos durante o primeiro ano de mandato (4006).

Gráfico 14- Todos os vereadores, 175ª ZE

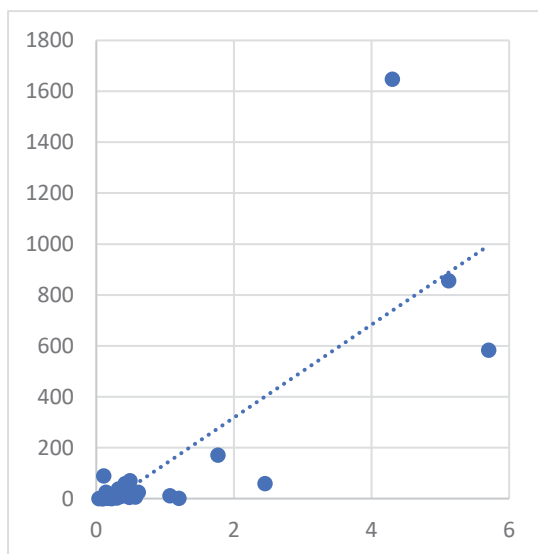
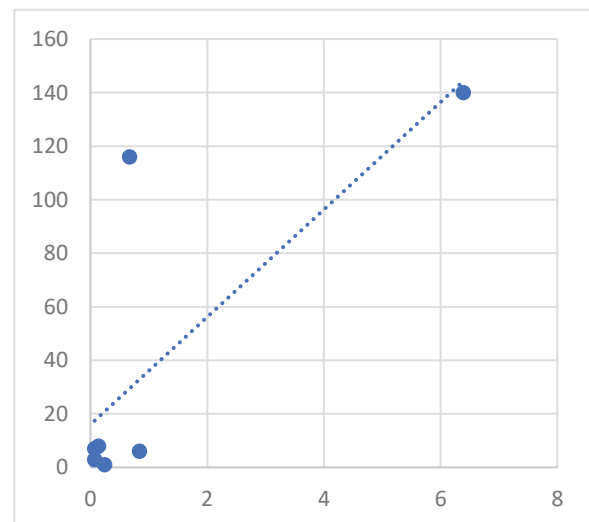


Gráfico 15- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 175ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

O índice de correlação ficou entorno de  $r=0,80$  no primeiro grupo, e  $r=0,76$  no segundo, um alto grau. Mesmo os valores sendo muito próximos, foi o único caso de que ambas as situações foram responsivas, mas o grupo (a) todos os vereadores, produziu mais do que o segundo grupo. Destaque para os casos do primeiro grupo, os vereadores com melhor desempenho foram os que mais protocolaram: Rogério Campos (PSC) protocolou 1648 requerimentos, Mestre Pop (PSC) teve 856 requerimentos e Toninho da Farmácia (PDT) com 583 requerimentos, enquanto o candidato mais votado Zezinho do Sabará (PDT), protocolou 140.

O próximo caso, teve um alto grau de correlação no grupo (b) mais votados, enquanto no outro grupo, o índice se manteve nulo. O que ilustra a forma de atuação parlamentar pela produção legislativa do vereador mais votados pela zona eleitoral, Oscarino do Povo (PTN).

Gráfico 16- Todos os vereadores, 176ª ZE

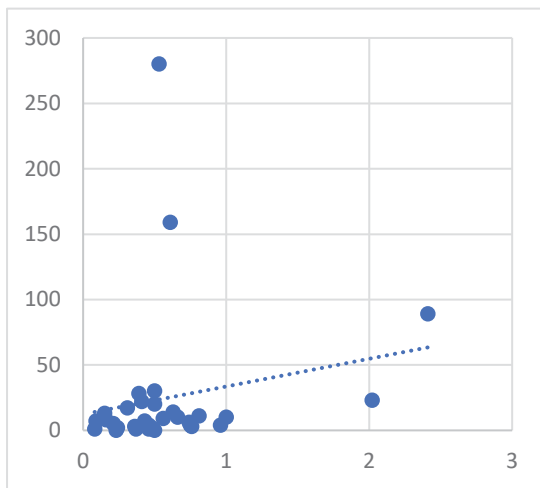
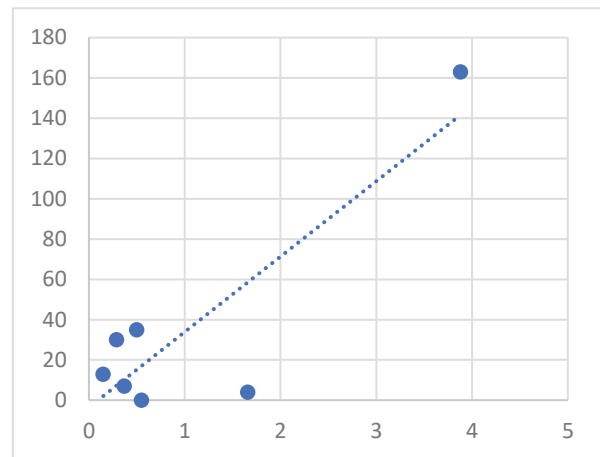


Gráfico 17- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 176ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados da 176ª ZE, há certa concentração, porém, demonstram que o primeiro grupo teve grau de correlação nulo,  $r=0,18$ . Enquanto (b) mais votados, o grau de correlação chegou em  $r=0,87$ , categorizado como muito alto. Dois casos fogem a linha de tendência no primeiro grupo, em relação a produção legislativa, vereadores Geovane Fernandes (PTB) e Cacá Pereira (PSDC), 280 e 159 requerimentos respectivamente; e em relação a porcentagem de votos, vereadores Tito Zeglin (PDT) e Tico Kuzma (PROS), com 2,02% e 2,41% dos votos da ZE. Vale ressaltar que o número de requerimentos do vereador Oscarino do Povo (PTN)- 163 requerimentos- foi menor do que do candidato Geovane Fernandes PTB.

O último caso, teve como vereador mais votado, que compreende 177ª e 178ª ZE, Mauro Ignácio (PSB). O segundo grupo, neste caso, teve um índice de  $r=0,98$  nas duas zonas eleitorais, uma taxa de correlação muito alta em ambas.

Gráfico 18- Todos os vereadores, 177ª ZE

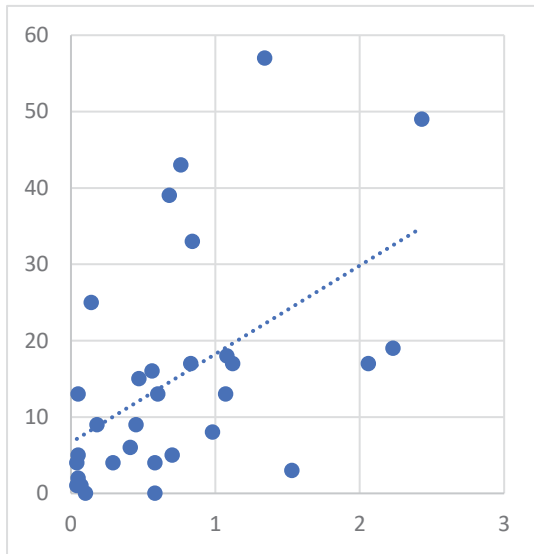


Gráfico 19- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 177ª ZE

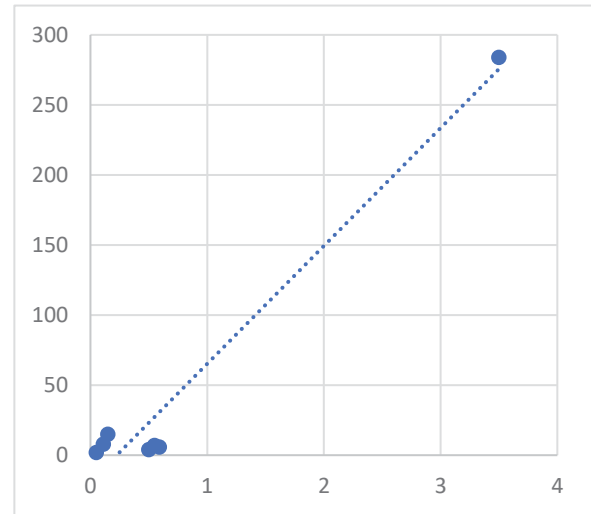


Gráfico 20- Todos os vereadores, 178ª ZE

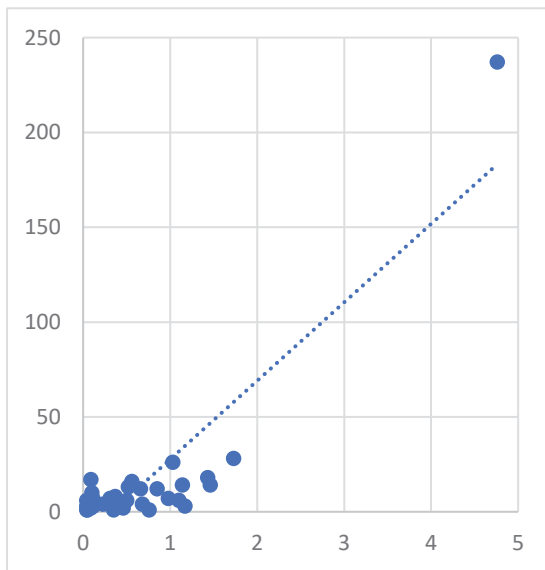
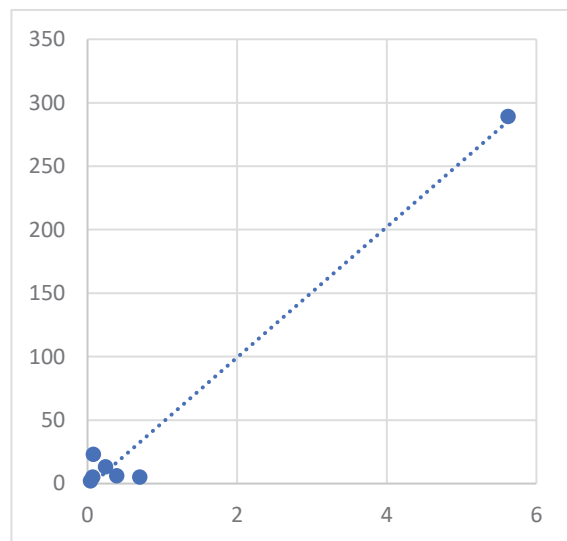


Gráfico 21- Vereadores mais votados em cada zona eleitoral, 178ª ZE



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação ao primeiro grupo (a) mais votados, a 177ª ZE, teve um grau moderado com  $r=0,50$ . No *Gráfico 18- Todos os vereadores, 177ª ZE*, é similar ao *Gráfico 2- Todos os vereadores, 1ª ZE*, os mais dispersos e as que menos receberam requerimentos entre todas as zonas eleitorais analisadas. Na 178ª ZE, o índice foi muito alto, chegando a  $r=0,88$ , sendo o caso da vereadora Maria Manfron (PP), o ápice da linha de tendência no grupo (a) todos os vereadores.

Como os requerimentos são uma ferramenta legislativa com singularidades já citadas, como ser o veículo mais utilizado pelos vereadores para solicitar as demandas da população, precisar de maioria simples na votação do plenário e com maior possibilidade de aprovação e com uma alta produção no primeiro ano de Legislatura, 18.015 no caso da CMC, faz viável a sua análise como meio de verificação da responsividade dos vereadores com suas zonas eleitorais, logo no início do mandato.

Destacado em Barbosa (2015), a esfera local possui um “[...] Legislativo que se propõe mais a um assistencialismo, prestação de serviços do que a criação de leis – produção legislativa; [...] e [e]] forte apelo à conexão eleitoral.” (p. 90). Como observado no Rio de Janeiro, também é um dos meios de estreitar a relação entre o político e o eleitorado, porém, como o estudo carioca analisou indicações, a relação com o executivo não entrou na equação desta pesquisa (D’ÁVILLA et al., 2014). Os resultados contrariam o que foi proposto por Silva (2011), que ao analisar os projetos de lei, não estabeleceu vínculo entre eleitos e o eleitorado. Outro motivo a ser investigado seria a conclusão encontrada por Kerbauy (2008), que os vereadores não podem ter uma atuação exclusivamente motivadas por políticas distributivas, ou seja, seguem a disciplina partidária em determinadas pautas e situações. E como visto em Neto (2003), essa agenda de pesquisa em relação aos partidos e a esfera local deveria ser maior explorada, principalmente devido aos riscos existentes na instituição (como maior grau de corrupção), pela baixa influência dos partidos no município.

Em relação a metodologia, um dos principais problemas encontrados foi a variação extrema de correlação. Mesmo sendo um fator positivo, a alta taxa no índice  $r$  remete a resultados de pesquisas obtidos nas áreas exatas, além de sugerir haver um problema de colinearidade ou multicolinearidade. Devido a isto, faz necessário nortear-se a Gujarati; Porter (2008) e Bussab; Morettin (2010), e efetuar adequações no modelo e amostragem como premissas corretivas para o indicador.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> “Detectar a multicolinearidade é meio caminho andado. A outra metade diz respeito a como se livrar do problema. Novamente, não há métodos seguros, apenas algumas regras: (1) usar informações externas ou obtidas *a priori*; (2) combinar dados de corte transversal com séries temporais; (3) omitir uma variável altamente colinear; (4) transformar dados; e (5) obter dados adicionais ou novos. Obviamente, qual dessas regras funcionará na prática dependerá da natureza dos dados e da gravidade do problema de colinearidade.” (GUJARATI; PORTER, 2008, p. 357)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro passo foi definir como o conceito da teoria mayhewiana, afirma que os legisladores agem de maneira individualizada e personalista com seus distritos eleitorais em busca da reeleição. As ações dos parlamentares dentro do congresso ocorreriam de três formas para maximizar as suas chances de sucesso eleitoral: publicidade, reivindicação de crédito e tomada de posição. Cada uma delas auxiliaria na manutenção do vínculo com seu eleitorado ou com a expansão e conquista de votos de novos eleitores.

Para que essas ações sejam possíveis, dependem de quatro condições básicas para o candidato. A primeira delas e a mais fundamental, seria a ambição. Através dela, o legislador busca a reeleição, como também, desenvolve o carreirismo político, se for de sua vontade. Outro fator necessário é a autonomia, que gera independência nas escolhas estratégicas e no financiamento do candidato, o que traz benefícios frente ao partido e ao eleitorado, que é geograficamente localizado e possui características próprias que são de conhecimento do candidato. A terceira condição é a responsividade, principalmente definida pelas três formas mayhewianas de maximizar as chances eleitorais, é a sensibilidade do parlamentar perante as necessidades de seus eleitores e seu empenho em conseguir benefícios para seus redutos. Por último, os eleitores são racionalmente punitivos e caso a prestação de contas seja negativa, eles penalizam os candidatos na eleição (CARSON; JENKINS, 2011).

Foi demonstrado que a conexão eleitoral vem sendo estudada com variáveis endógenas e exógenas ao processo, com a intenção de contribuir ainda mais com a teoria. Os exemplos citados corroboram ao afirmar que fatores como produção legislativa, financiamento de campanha, ideologia e a geografia do voto são importantes para compreender o que vem sendo estudado na literatura internacional e servem para destacar as singularidades do sistema político brasileiro.

Existe, como foi demonstrado, discordâncias sobre se a lógica da conexão eleitoral no Brasil principalmente ao comparar com a teoria clássica feita no congresso americano.

Foi destacado, junto aos dados empíricos apresentados pelas pesquisas, que as ferramentas institucionais possuem mais instrumentalizações do que apenas a alocação de recursos. As esferas fornecem aos legisladores meios de produzir

artifícios políticos para as demandas do eleitorado, sem haver a necessidade de execução das mesmas, que é o caso de indicações, requerimentos ou leis ordinárias. Estes recursos são utilizados, não geram custos aos parlamentares e ajudam na reinvidicação de crédito, já que desta forma demonstram preocupação e esforço para atender os seus eleitores.

Os fatores apontados se dão inicialmente pela singularidade do sistema político nacional e pela forma de atuação dos parlamentares no legislativo federal ora seguindo o direcionamento partidário, ora de maneira individualizada; como a esfera subnacional pós-constituente de 88 fortaleceu e centralizou o processo decisório nos Executivos Estaduais, enquanto que o Legislativo passou a ter uma relação de dependência para execução de emendas, o que fez com que adotassem uma conexão simbólica com eleitorado como meio de estratégia política; e como na esfera municipal reproduz o que ocorre nas outras esferas, mesmo que em menor escala.

Os municípios são o primeiro local de disputa política e de contato com os eleitores. A explicação sobre a configuração interna da CMC e o tramite processual das proposições, facilitam o entendimento dos instrumentos que a câmara disponibiliza e como é encaminhado uma proposição até sua votação, algo que foi pouco explorado na literatura.

Sobre as eleições municipais e o(a) candidato(a) mais votado por zona eleitoral, o padrão mais significativo e possível de identificar é a média de 4,85 eleições disputadas entre os candidatos mais votados em cada zona eleitoral, fazendo com que o número de eleições disputadas desponte como uma variável significativa não só para o sucesso eleitoral, como também para a cristalização de um determinado candidato sobre aquela zona eleitoral e os bairros que estão sob sua circunscrição.

Após eleito, no primeiro ano de legislatura, os vereadores possuem um alto número de requerimentos protocolados. Uma média de 474 por vereador. E algumas disparidades como 4066 sendo destinadas a 175ª Zona Eleitoral, e o vereador Rogério Campos (PSC), protocolando 1648 proposições para a região. O mesmo ocorre com vereador Geovane Fernandes, que produziu 2337 ementas sendo 1267 requerimentos destinados a 174ª Zona eleitoral. Citando exemplos, é correto afirmar que houve compreensão do objetivo parcial da pesquisa.

No geral, os dados demonstraram que, todo o universo pesquisado teve correlação de  $r=0,73$  em relação a quantidade e os direcionamentos dos requerimentos produzidos e a percentagem de votos em cada zona eleitoral. Se

confirmou um dos resultados do estudo realizado em Curitiba, que os vereadores produzem para zona eleitoral onde mais obteve votos (SANTOS e RAMOS, 2016). Isso contraria os resultados encontrado no estudo sobre os Projetos de Lei em São Paulo, quando Silva (2011) afirma que não ocorram ligações significativas entre os vereadores e o eleitorado, devida a produção legislativa dispersa, que favorece toda a cidade. Uma das justificativas plausíveis, seria a utilização do instrumento legislativo requerimentos, que devida a facilidade de aprovação em plenário, seria um dos meios práticos encontrado para atender demandas da população.

Ao averiguar zona por zona, e ao comparar os dois grupos propostos, (a) todos os vereadores e (b) o vereador mais votado por zona eleitoral, foi observado particularidade em alguns casos. Os casos nulos aconteceram na 4ª ZE, onde a correlação foi negativa em relação ao grupo (b) dos mais votado; e na 1ª e 176ª ZE, onde foi grupo (a) todos os vereadores. Nas 145ª e 174ª ZE, houve alto e muito alto grau de correlação nos dois grupos. Na 175ª ZE, o índice do grupo (a) todos vereadores, foi maior do que o grupo (b) mais votados, e ambos possuem alto grau, lembrando que é a zona eleitoral que mais recebeu requerimentos. Índices muito altos chamaram atenção em quatro zona eleitorais no grupo (b) mais votados: 3ª ( $r=0,98$ ), 145ª ( $r=0,99$ ), 177ª ( $r=0,98$ ) e 178ª ZE ( $r=0,98$ ). Ressaltando que estes índices são um dos principais problemas encontrados. Mesmo sendo um fator positivo, sugere haver um problema de colinearidade ou multicolinearidade. Para agendas futuras devesse efetuar medidas corretivas para adequação do modelo.

Por fim, o objetivo principal foi verificar a capacidade de resposta dos vereadores de Curitiba em seu primeiro ano de mandato em 2017, através da produção legislativa. Os resultados demonstram que o objetivo foi atendido, porém, deve se acrescentar os outros fatores e variáveis na agenda de pesquisa, como aumentar o recorte temporal e verificar a capacidade de resposta em toda a legislatura, que segundo D'Ávilla et al. (2014), no caso das indicações no Rio de Janeiro, tendem a cair quando se aproxima a metade do mandato; analisar para onde foi destinado os requerimentos; na eleição subsequente, se houve ambição dos candidatos em exercício para tentarem a reeleição; de que maneira destacou sua autonomia pela análise dos financiamentos, partidário e próprio; e, por fim, se a prestação de contas do eleitorado foi positiva frente aos vereadores.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. Editora Hucitec, 1998.
- AKIRAV, Osnat. Assessing the parliamentary activities of UK MPs. **British Politics**, p. 1-25, 2019.
- ALEMÁN, Eduardo; MICOZZI, Juan Pablo; RAMÍREZ, Margarita M. The hidden electoral connection: analysing parliamentary questions in the Chilean Congress. **The Journal of Legislative Studies**, v. 24, n. 2, p. 227-244, 2018.
- ALMEIDA, Acir; LOPES, Felix. **Representação Política Local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras**. Belo Horizonte: IPEA, 2011.
- AMES, B., 2003. **Os entraves da democracia no Brasil**, Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- ARNOLD, R. D. **The Logic of Congressional Action**. Yale University Press, 1990.
- ARRETCHE, M. & Rodden, J., 2004. **Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo**. *Dados*, 47(3), pp.549–576.
- BAGASHKA, Tanya; CLARK, Jennifer Hayes. Electoral rules and legislative particularism: Evidence from US state legislatures. **American Political Science Review**, v. 110, n. 3, p. 441-456, 2016.
- BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. **A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados**. 2017.
- BARBOSA, Alan Rangel. Relação Executivo-Legislativo municipal brasileiro: produção dos Projetos de Leis em Salvador. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 4, n. 7, p. 84-113, 2015.
- BICKERS, Kenneth N.; STEIN, Robert M. The electoral dynamics of the federal pork barrel. **American Journal of Political Science**, p. 1300-1326, 1996.
- BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano da Nóbrega. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 31-58, 2016.
- BRIDGE, Dave. **Return to Spender: The Electoral Connection's Effect on Veto Challenges and Overrides**. In: The Forum. De Gruyter, 2015. p. 289-309.
- CARSON, Jamie L.; ENGSTROM, Erik J. Assessing the electoral connection: Evidence from the early United States. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 4, p. 746-757, 2005.
- CARSON, Jamie L.; JENKINS, Jeffery A. Examining the electoral connection across time. **Annual Review of Political Science**, v. 14, p. 25-46, 2011.
- CERVI, Emerson Urizzi. Produção legislativa e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa do estado do Paraná. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 32, p. 159-177, 2009.

\_\_\_\_\_; **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política – Vol. 2** / Emerson Urizzi Cervi - Curitiba: CPOP, 2019. (1ª edição). 314 p.

COX, G. W; KATZ, J. N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 2, p. 478–497, 1996.

Curitiba, Câmara de Municipal. **Regimento Interno**, estabelecido pela Resolução Nº 08 de 03 de dezembro de 2012. Disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/Resolucao\\_8\\_2012.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/Resolucao_8_2012.pdf). Acessado em: 28. Dez. 2019

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município**, estabelecido pela Resolução Lei Orgânica de 05 de abril de 1990. Disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/Leiorganica\\_\\_\\_\\_1990.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/Leiorganica____1990.pdf) Acessado em: 28. Dez. 2019

D'AVILA FILHO, Paulo Mesquita; JORGE, V. L.; LIMA, PCGC. **Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de indicações pelos vereadores cariocas. Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**, p. 191-214, 2014.

FACUNDO, Leo David Terto. **Conexão eleitoral e atuação parlamentar dos vereadores de Fortaleza**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12657/1/2015\\_dis\\_ldtfacundo.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12657/1/2015_dis_ldtfacundo.pdf). Acesso em: 11 de junho de 2018

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F., 1999. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV.

FINOCCHIARO, Charles J.; JENKINS, Jeffery A. Distributive politics, the electoral connection, and the antebellum US Congress: The case of military service pensions. **Journal of Theoretical Politics**, v. 28, n. 2, p. 192-224, 2016.

FIORINA, M., 1981. **Retrospective Voting in American National Elections**, New Haven: Yale University Press.

FIORINA, Morris P.; NOLL, Roger G. Majority rule models and legislative elections. **The Journal of Politics**, v. 41, n. 4, p. 1081-1104, 1979.

FLAVIN, Patrick; NELSON, Julie. District Voter Turnout and Dyadic Representation in Congress. In: **Congress & the Presidency**. Routledge, 2017. p. 201-211.

GAMBOA, Ricardo; TORO, Sergio Y. The electoral connection in presidential systems: non-legislative actions inside the Chilean congress. **The Journal of Legislative Studies**, v. 24, n. 3, p. 249-271, 2018.

GRIMMER, Justin. Appropriators not position takers: The distorting effects of electoral incentives on congressional representation. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 3, p. 624-642, 2013.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Porter. **Econometria Básica- Quinta Edição**. Porto Alegre: **AMGH Editora Ltda**, 2008.

HALL, P.A. & TAYLOR, R.C.R., 2003. **As três versões do neo-institucionalismo**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 58(58), pp.193–223. Available at: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=pt&nrm=iso&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010&lng=pt&nrm=iso&tling=pt).

HENDERSON, John; BROOKS, John. Mediating the Electoral Connection: The Information Effects of Voter Signals on Legislative Behavior. **The Journal of Politics**, v. 78, n. 3, p. 653-669, 2016.

IBM Corp. Released 2017. **IBM SPSS Statistics for Windows**, Version 25.0. Armonk, NY: IBM Corp.

Inácio, M. & Rezende, D., 2015. Partidos legislativos e governos de coalizão: controle horizontal de políticas públicas. **Opinião Pública**, 21(2), pp.296–335.

KERBAUY, M.T.M., 2008. **Câmaras Municipais, Partidos e Negociações Políticas**. Tulane University New Orleans, Louisiana.

KIRKLAND, Justin H. **Ideological heterogeneity and legislative polarization in the United States**. *Political Research Quarterly*, v. 67, n. 3, p. 533-546, 2014.

\_\_\_\_\_ ; WILLIAMS, R. Lucas. Representation, neighboring districts, and party loyalty in the US Congress. **Public Choice**, v. 165, n. 3-4, p. 263-284, 2015.

KLEIN, Elad; UMIT, Resul. The electoral connection of ministerial selection in the UK. **The Journal of Legislative Studies**, v. 22, n. 2, p. 276-294, 2016.

KREHBIEL, K., 1991. **Information and Legislative Organization**, Ann Arbor: University of Michigan.

LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edemar. Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil/1998-2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 139-156, 2014.

LAMOUNIER, B., & MENEGUELLO, R., 1986. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**, São Paulo, SP: Brasiliense.

LIMONGI, F., 1994. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos. **Boletim Informativo Bibliográfico**, (37), pp.3–38.

\_\_\_\_\_ & FIGUEIREDO, A., 2005. **Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo**. *Dados*, 48(4), pp.737–776. Available at: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000400002&lng=pt&nrm=iso&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000400002&lng=pt&nrm=iso&tling=pt).

LINZ, J.J., 1990. The Perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, 1(1), pp.51–69.

LINZ, J.J., 1994. Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference? In A. LINZ, J.; VALENZUELA, ed. **The failure of presidential democracy**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, pp. 51–69.

LO, James et al. Legislative responsiveness to gerrymandering: Evidence from the 2003 Texas redistricting. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 8, n. 1, p. 75-92, 2013.

MAINWARING, S., 1993. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**, 28/29, pp.21–74.

MAYHEW, David R. **Congress: The electoral connection**. Yale University Press, 1974.

MCCUBBINS, Matthew D.; COX, G.W., 1993. **Legislative Leviathan**. Legislative Leviathan, pp.85 –135.

MILER, Kristina. Legislative responsiveness to constituency change. **American Politics Research**, v. 44, n. 5, p. 816-843, 2016.

MIRANDA, Eduardo Soncini. **Emendas parlamentares e processo legislativo orçamentário: uma análise comparada dos estados do RS, PR, MG, SP, ES e BA**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. rev. e atual. São Paulo: **Saraiva**, 2010.

NETO, J., 2003. **O Legislativo e o Poder Local**. In Reforma Política e Cidadania. São Paulo, SP: Perseu Abramo.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Red **Dados**, 2003.

\_\_\_\_\_; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, p. 133-172, 2001.

PERES, P.S., 2008. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 23, pp.53–71.

RICCI, Paolo. A Medida das Leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável. **BIB**, São Paulo, no 54, 2002, pp. 101-123. Disponível em <http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-anteriores/bib-54/541-a-medida-das-leis-do-uso-de-nocoos-genericas-a-mensuracao-do-imponderavel/file> Acesso em 29 ago 2017.

\_\_\_\_\_. O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol 46, no 4, 2003, pp. 699-734. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000400003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000400003&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em 29 ago 2017.

\_\_\_\_\_. **De Onde Vêm Nossas Leis?** Origem e conteúdo da legislação em perspectiva comparada. 2006. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – USP, São Paulo, 2006.

ROSE, Roger P. The APSA Congressional Fellowship: Value for Faculty from Teaching Colleges and Universities. *PS: Political Science & Politics*, v. 41, n. 3, p. 670-672, 2008.

SAUGO, Josiana Fatima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. 2007.

SAMUELS, David J. Pork barreling is not credit claiming or advertising: Campaign finance and the sources of the personal vote in Brazil. *Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845-863, 2002.

SANTOS, M.L., 2008. Teoria e Método nos Estudos Sobre o Legislativo Brasileiro : uma revisão da literatura no período 1994 / 2005 . **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 66, pp.1–31.

SANTOS, Romer Mottinha; DA SILVA RAMOS, Mariel Doane. Produção Legislativa, Campanhas Eleitorais e Voto Distritalizado: Estudo de caso dos Vereadores Candidatos à Reeleição em Curitiba em 2012. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 27, p. 154.

SERRA, George; COVER, Albert D. The electoral consequences of perquisite use: The casework case. **Legislative Studies Quarterly**, p. 233-246, 1992.

SIMÕES, J.K. C. **Conexão Eleitoral e Comportamento Legislativo: Um Estudo a partir da Assembleia do Espírito Santo entre 1999 e 2010**. 2018. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais)- UFES, Vitória, 2018.

SILVA, Patrick. O pork barrel no Município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos. **Centro de Estudos da Metrópole (CEM)**, São Paulo, p. 1-25, 2011.

SUITER, Jane; O'MALLEY, Eoin. Chieftains delivering: Testing different measures of “pork” on an Irish data set of discretionary sports grants. *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, v. 24, n. 1, p. 115-124, 2014.

SHEPSLE, K.A., 1978. **The Giant Jigsaw Puzzle: Democratic Committee Assignments in the Modern House**, University of Chicago Press.

TOMIO, F. R. L. & CANTO, E. R. 2003. **O processo decisório de criação de municípios no RS entre 1946 e 1964**. Trabalho apresentado no XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Campinas (SP), de 1º a 5 de setembro de 2005. Digit.

TSEBELIS, G., 1997. Processo Decisório em Sistemas Políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, (2), pp.89–117.

\_\_\_\_\_. (1998) **Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

UGUES JR, Antonio; VIDAL, D. Xavier Medina; BOWLER, Shaun. Experience Counts: Mixed Member Elections and Mexico's Chamber of Deputies. **The Journal of Legislative Studies**, v. 18, n. 1, p. 98-112, 2012.

WEINGAST, B.; SHEPSLE, K.; JOHNSEN, C., 1981. The political economy of benefits and costs: a neoclassical approach to distribution politics. **Journal of Political Economy**, 89, pp.642–664.

WILLUMSEN, David M.; STECKER, Christian; GOETZ, Klaus H. The electoral connection in staggered parliaments: Evidence from Australia, France, Germany and Japan. **European Journal of Political Research**, v. 57, n. 3, p. 759-780, 2018.

ZHANG, Changdong. Reexamining the Electoral Connection in Authoritarian China: The Local People's Congress and Its Private Entrepreneur Deputies. **China Review**, v. 17, n. 1, p. 1-27, 2017.

ZORZAL, Gabriela; CARLOS, Euzeneia. Public Hearings of the State Legislature: Endogenous and Exogenous Factors in the Analysis of the Effectiveness of Participation. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 64, p. 23-46, 2017.

## ANEXOS

Tabela 8 - Variáveis do banco de dados

<i>Nomeclatura</i>	<i>Cod_BD</i>	<i>Descrição</i>
1ª	1	Abranches, Ahú, Alto da Glória, Barreirinha, Boa Vista, Bom Retiro, Cachoeira, Centro Cívico, Pilarzinho, São Francisco, São Lourenço, Taboão, Vista Alegre;
2ª	2	Alto da Rua XV, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Cabral, Hugo Lange, Jardim Social, Juvevê, Santa Cândida, Tingui;
3ª	3	Cajuru, Capão da Imbuia, Cristo Rei, Jardim Botânico, Jardim das Américas, Tarumã, Uberaba
4ª	4	Augusta, Campo Comprido, Cidade Industrial de Curitiba, Portão, Riviera, Santa Quitéria, Vila Izabel;
145ª	145	Pinheirinho, Sítio Cercado, Umbará, Xaxim
174ª	174	Alto Boqueirão, Boqueirão, Ganchinho, Guabirotuba, Hauer
175ª	175	Campo de Santana, Capão Raso, Caximba, Cidade Industrial de Curitiba, São Miguel, Tatuquara;
176ª	176	Fanny, Fazendinha, Guaíra, Lindóia, Novo Mundo, Parolin, Prado Velho
177ª	177	Água Verde, Batel, Bigorriho, Campina do Siqueira, Mossunguê, Orleans, Rebouças, Santo Inácio, São Braz, Seminário;
178ª	178	Butiatuvinha, Cascatinha, Centro, Lamenha Pequena, Mercês, Santa Felicidade, São João;
Várias	0	Atende duas ou mais zonas eleitorais;
Sem Efeito	99	Sem informações suficientes.
Mandato	77	Atividade internas a câmara municipal;

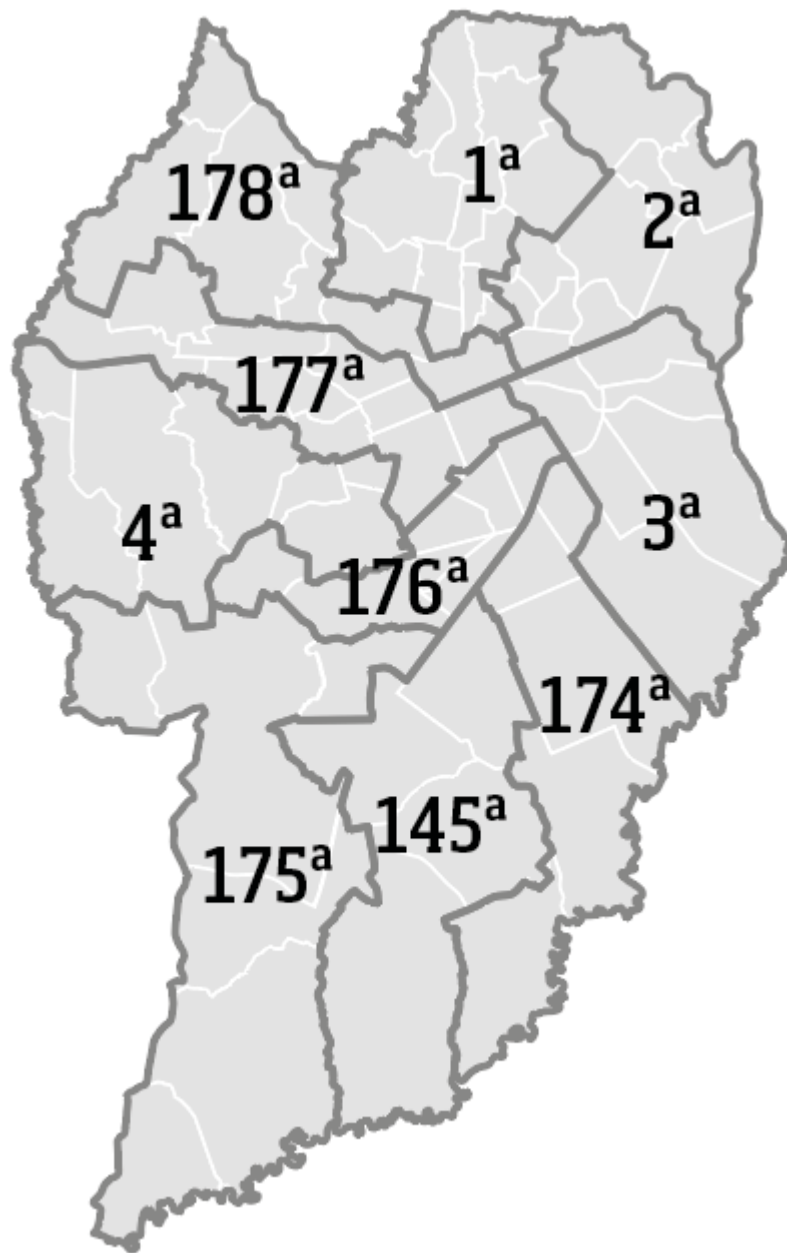
Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 9- Requerimento por Vereador

Vereador	1	2	3	4	145	174	175	716	177	178	0	77	99	Total
Professora Josete	2	2	0	0	0	0	0	0	0	1	19	36	0	60
Osias Moraes	1	1	3	1	6	2	1	4	13	7	3	24	0	66
Thiago Ferro	3	18	2	8	4	2	11	10	9	1	8	17	0	93
Dona Lourdes	6	15	7	34	9	3	6	4	7	13	1	3	0	108
Julieta Reis	39	26	8	5	1	4	3	2	8	14	0	31	0	141
Pier Petruzziello	9	14	36	23	8	6	13	1	19	3	0	18	0	150
Paulo Rink	15	4	2	45	16	10	9	3	18	4	13	17	0	156
Zezinho Sabará	0	0	0	4	1	1	140	7	2	2	1	15	0	173
Fabiane Rosa	16	13	59	11	3	2	6	6	13	6	24	23	1	183
Colpani	29	13	7	22	10	18	22	11	17	26	1	10	0	186
Tito Zeglin	4	7	1	15	13	2	59	23	4	2	3	57	0	190
Professor Euler	15	17	37	18	23	13	5	10	17	14	10	16	0	195
Helio Wirbiski	1	5	120	30	3	10	0	3	5	3	0	21	0	201
Dr. Wolmir	19	6	23	9	10	8	7	4	16	8	18	76	0	204
Ezequias Barros	0	2	14	39	23	9	25	30	0	2	4	66	0	214
Dra. Maria Leticia Fagundes	38	13	4	21	5	21	1	2	33	13	21	58	1	231
Cristiano Santos	38	29	57	16	21	9	11	14	6	6	15	22	0	244
Goura	36	19	11	7	7	1	0	1	3	28	79	53	1	246
Oscalino do Povo	0	39	7	15	9	14	8	163	8	5	12	18	1	299
Maria Manfron	8	0	0	9	9	2	0	1	17	237	1	18	0	302
Katia Dittrich	24	52	23	11	41	11	19	20	39	16	14	45	1	316
Sabino Pícolo	41	60	13	67	2	20	5	9	57	12	1	36	0	323
Felipe Braga Côrtes	22	29	48	26	69	25	3	4	49	18	11	30	0	334
Jairo Marcelino	195	83	6	3	6	2	1	0	6	5	8	40	0	355
Mauro Bobato	12	2	3	3	215	38	59	8	4	6	3	21	0	374
Serginho do Posto	12	8	298	9	11	15	7	35	4	6	2	13	0	420
Tico Kuzma	19	3	3	43	67	1	171	89	15	4	1	11	0	427
Professor Silberto	0	0	2	2	160	47	89	7	2	1	8	20	139	477
Bruno Pessuti	73	122	44	37	69	15	30	7	43	12	9	24	0	485
Noemia Rocha	39	73	49	32	156	41	70	28	4	7	26	48	0	573
Marcos Vieira	0	1	0	1	514	76	16	0	1	3	7	13	1	633
Beto Moraes	22	26	83	34	341	142	116	30	15	23	6	8	0	846
Cacá Pereira	13	57	209	395	26	14	38	159	25	3	9	17	1	966
Toninho da Farmácia	0	52	7	245	31	10	583	22	5	1	2	23	0	981
Mestre Pop	4	7	5	22	143	37	856	5	1	17	12	23	0	1132
Mauro Ignácio	152	27	3	307	8	74	3	13	284	289	3	41	0	1204
Rogério Campos	38	45	11	103	169	72	1648	17	13	10	5	59	0	2190
Geovane Fernandes	5	4	13	7	700	1267	25	280	9	7	1	19	0	2337
<b>Total Geral</b>	<b>950</b>	<b>894</b>	<b>1218</b>	<b>1679</b>	<b>2909</b>	<b>2044</b>	<b>4066</b>	<b>1032</b>	<b>791</b>	<b>835</b>	<b>361</b>	<b>1090</b>	<b>146</b>	<b>18015</b>

Fonte: Elaborada pelo autor. Baseado nos dados coletados do SPL.

Figura 1- Zonas eleitorais de Curitiba



Fonte: Elaborada pelo autor. Mapa retirado do TRE-PR.